

Somos o banco que faz parte do dia a dia de mais de 17 milhões de brasileiros.



Conta Digital



Cartão de Crédito



Empréstimos



Financiamento



Investimento



Maquininha



Juntos,
a gente
vai lá e PAN.



BANCO PAN S.A. - CNPJ Nº 59.285.411/0001-13 - Avenida Paulista, 1374 - 16º andar - São Paulo/SP. * Sujeito a análise.



Simplifique sua vida financeira com uma conta 100% digital e completa.

* Sujeito à análise de crédito e condições do produto.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022 – Em conformidade com as disposições legais, o Banco PAN S.A. (“PAN”, “Banco”, “Banco PAN” ou “Companhia”) e suas subsidiárias divulgam os resultados referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2021 acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações operacionais e financeiras do Banco, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, conforme a Legislação Societária e as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2021 foi um ano de transformações profundas no PAN alinhados com a estratégia de ser o banco parceiro dos brasileiros, atuando de **forma simples e eficiente**.

Realizamos ao longo desse período investimentos de aproximadamente R\$ 1 bilhão, com foco em 3 principais objetivos: **(i) Crescimento:** através da contínua expansão da base de clientes com cada vez mais eficiência e crescente *brand awareness*; **(ii) Engajamento:** com o lançamento de novos produtos e serviços, melhoria da experiência no app e ampliação dos canais de relacionamento; e **(iii) Monetização:** aumento de *cross-sell*, diversificação das fontes de receita e do portfólio de crédito, capturando benefícios do ganho de escala.

Olhando em perspectiva, os objetivos traçados foram superados, **hoje somos um dos maiores bancos digitais do Brasil**, com um ritmo de crescimento acelerado, atraímos 42 mil novos clientes por dia útil no 4T21, sendo mais de 49% destes originados de forma orgânica. Fechamos o ano com mais de **12,7 milhões de banking clients e 17,1 milhões de clientes totais**. Apenas em 2021, ampliamos nossa base em mais de 9,5 milhões de clientes e seguimos expandindo de forma relevante, atuando sempre com foco no nosso público-alvo.

Além disso, a expansão da oferta de produtos e serviços alinhados ao perfil e as necessidades do nosso cliente transformaram o nosso app. No 4T21, lançamos novos produtos como o **Car Equity e o Pré-aprovado de veículos, Seguro PIX, Loja PAN e Cartão Buscapé**. Esses produtos se somam ao app que já contava com **Turbo PAN, consignado, FGTS (antecipação do saque aniversário), Poupa PAN, seguro cartão, e seguro prestamista do empréstimo pessoal**.

Todos esses *deploys* de produtos, aliados a constante evolução do UX dos nossos canais, nos permitiu manter altos níveis de engajamento. Hoje **52% dos nossos banking clients são ativos** e no fechamento do 4T21 mais de **5,1 milhões de banking clients tinham algum produto de crédito com o Banco PAN**.

Isso se reflete em nosso **cross-sell, que passou de 2,4 no 3T21 para 2,6 no 4T21** e em nosso volume transacionado, que alcançou R\$ 18,7 bilhões em 2021 e R\$ 82,5 bilhões ao analisarmos o mês de dezembro. Encerramos o 4T21 com mais de **5,4 milhões de contas** com chaves PIX cadastradas, **491 mil bankings clients** com seguros contratados e mais de **472 mil** clientes que realizaram recargas no trimestre.

Por fim, toda a evolução da nossa base de clientes, produtos ofertados e engajamento tem como objetivo criar uma plataforma completa oferecendo **Crédito, Banking, Meios de Pagamentos, Seguros, Investimentos e Marketplace**.

Com esse objetivo, anunciamos em outubro a aquisição da Mosaico para criar um ecossistema completo e oferecer aos nossos clientes soluções de consumo atreladas a soluções financeiras, facilitando a jornada de compra. Um mês após o anúncio da transação lançamos o Cartão Buscapé com *cashback* e a experiência da Loja PAN no nosso app.

Com a integração do *cashback* nas ofertas da Mosaico a tendência do **GMV foi revertida alcançando R\$ 535 milhões apenas no Black Friday**. Além disso, mais de **500 mil cartões Buscapé** já foram solicitados, comprovando a força do funil de aquisição dos canais da Mosaico.

Todas essas iniciativas de crescimento e engajamento, incluindo também a aquisição da Mobiauto, se refletem em uma capacidade de monetização crescente, base de um modelo sustentável de negócios que construímos ao longo dos últimos anos.

Nosso direcionamento em manter um crescimento sustentável alinhado a uma estratégia eficiente de engajamento nos permite monetizar nossa operação de maneira consistente. Apresentamos **lucro líquido de R\$ 190 milhões no 4T21 e R\$775 milhões em 2021** com ROE contábil de 13,3% e 13,9% respectivamente.

A **receita de serviços em 2021 cresceu 54% atingindo R\$ 743 milhões**, com maior diversificação de produtos e expansão das linhas de cartões e seguros. Ao longo dos próximos meses, novas receitas de serviços serão adicionadas, por exemplo com a ampliação da aquisição, maior quantidade de seguros ofertados e o lançamento do Saúde PAN.

Além de uma receita de serviços crescente, também possuímos o diferencial do crédito. Ao final de 2021, **5,4 milhões de nossos banking clients possuíam um total de R\$ 12,9 bilhões em crédito com o PAN, o que representa 37% de toda a carteira de crédito**. Acreditamos que o crédito é uma importante ferramenta para atração, engajamento e monetização de clientes, por isso continuamos a lançar novos produtos e melhorar a experiência do cliente. **Originamos mais de R\$ 6,9 bilhões em novos créditos no 4T21, alcançando uma carteira de crédito total de R\$ 34,9 bilhões, sendo 88% com colateral**.

Para 2022, seguiremos firmes na nossa estratégia baseada nos **3 pilares: Crescimento, Engajamento e Monetização**, fortalecendo a marca PAN, lançando novos e inovadores produtos e entregando resultados para nossos clientes e acionistas.

ORIGINAÇÃO DE VAREJO E CARTEIRA DE CRÉDITO

Com os investimentos em inovação e simplificação de processos, avançamos na estratégia de origemação de crédito com ganhos de eficiência.

Durante o 4T21, originamos uma média mensal de R\$ 2.300 milhões em novos créditos, frente aos R\$ 2.356 milhões do 3T21 e aos R\$ 2.713 milhões do 4T20, registrando uma queda de 2% no trimestre e 15% no ano.

A operação de FGTS provou ser um sucesso originando mais de R\$ 3,8 bilhões em novos créditos desde o início da operação. No 4T21 originamos R\$ 2.361 milhões em FGTS, 64% a mais do que o 3T21.

Nas operações de crédito consignado, originamos R\$ 1.958 milhões no 4T21, frente aos volumes de R\$ 3.063 milhões no 3T21 e aos R\$ 5.396 milhões no 4T20.

Em veículos, foram originados R\$ 2.345 milhões em novos financiamentos, 1% a mais em comparação aos R\$ 2.331 milhões do 3T21, e queda de 13% frente aos R\$ 2.683 milhões originados no 4T20.

A Carteira de Crédito Expandida encerrou 2021 com saldo de R\$ 34.896 milhões, apresentando crescimento de 5% em relação ao saldo de R\$ 33.262 milhões no encerramento do 3T21, e crescimento de 21% em relação ao saldo de R\$ 28.907 milhões no final de 2020.

No 4T21, o indicador de créditos vencidos acima de 90 dias sobre a carteira foi de 6,3% frente a 5,8% no 3T21, evoluindo conforme a mudança de mix do portfólio. O indicador de créditos vencidos entre 15 e 90 dias sobre a carteira total do 4T21 foi de 7,8%, 0,3p.p. maior do que o 7,5% do 3T21 e 1,5p.p. maior do que o mesmo período de 2020.

CONSIGNADO E FGTS

Em junho de 2021, passamos a ofertar em nossa plataforma a antecipação do saque-aniversário do FGTS. Fomos pioneiros na oferta desse produto diretamente pelo app. Além de alcançar diretamente nosso público-alvo, essa modalidade dá a oportunidade para que negativados tenham acesso ao crédito, aumentando o engajamento e fidelização do cliente.

Em apenas 7 meses de operação, o produto provou ser um sucesso, nesse período originamos mais de R\$ 3,8 bilhões em novos créditos para mais de 2 milhões de clientes. Apenas no 4T21 originamos R\$ 2.361 milhões.

O adiantamento do FGTS tem se mostrado uma ótima ferramenta para engajar clientes. Além disso, apresenta risco inferior ao consignado e margens robustas. Desde seu lançamento, 66% dos clientes FGTS já são Banking Clients, o que ajuda na redução de custos com comissões, melhora a margem da carteira e permite o refinanciamento e o cross-sell desses clientes.

No mercado de crédito consignado, temos como foco a atuação na concessão de empréstimos e cartão consignado a servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Nossa estratégia é nos mantermos como um player relevante com foco em convênios federais, figurando entre os maiores originadores do mercado de beneficiários e pensionistas do INSS.

Em outubro de 2021, incluímos o consignado em nosso aplicativo facilitando a contratação de novos créditos. Essa nova experiência está alinhada a nossa estratégia de oferecer uma plataforma completa, engajando cada vez mais o nosso público B2C.

Em outubro e novembro, devido às margens continuarem comprimidas, originamos R\$ 1.703 milhões no 4T21, frente aos volumes de R\$ 2.805 milhões no 3T21 e aos R\$ 5.211 milhões no 4T20. Em dezembro, a taxa máxima voltou a subir, reestabelecendo os níveis de margem do produto. Em 2021, originamos R\$ 10.833 milhões, 25% menos do que os R\$ 14.564 milhões originados em 2020.

No produto cartão de crédito consignado, originamos R\$ 255 milhões no 4T21, frente aos R\$ 257 milhões originados no 3T21 e aos R\$ 185 milhões originados no 4T20. Em 2021 originamos um total de R\$ 995 milhões frente aos R\$ 972 milhões de 2020, crescimento de 2%.

A carteira de empréstimos consignados encerrou o ano com saldo de R\$ 9.606 milhões, frente aos R\$ 11.531 milhões do 3T21 e aos R\$ 13.096 milhões do 4T20, apresentando queda de 17% no trimestre e 27% na comparação anual. Já a carteira de cartão de crédito consignado encerrou o ano com saldo de R\$ 2.173 milhões, registrando um aumento de 3% frente ao saldo de R\$ 2.120 milhões do trimestre anterior e de 7% em relação ao saldo de R\$ 2.032 milhões no 4T20.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

Com a aprovação do Banco Central, concluímos a aquisição da Mobiauto, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. Além da nossa expertise em crédito, a Mobiauto já se provou como instrumento importante para alavancar a participação de mercado no financiamento de veículos leves e motos, aprimorando a experiência dos clientes e aumentando o engajamento dos lojistas parceiros, ampliando nosso ecossistema através de tecnologia e contextualização dos produtos e serviços.

Nosso foco é no financiamento de veículos leves usados (majoritariamente entre 4 e 8 anos de uso) e motos novas e a Mobiauto nos permite estar presente desde o início da jornada de compra de um veículo.

Durante o 4T21, originamos R\$ 2.345 milhões em novos financiamentos de veículos leves e motos, com leve alta de 1% em comparação aos R\$ 2.331 milhões do 3T21, e queda de 13% frente aos R\$ 2.683 milhões originados no 4T20. Ao longo de 2021, originamos um total de R\$ 9.862 milhões em veículos leves e motos, 43% superior aos R\$ 6.914 milhões de 2020.

A origemação de veículos leves foi de R\$ 2.032 milhões no 4T21, com 2% superior frente aos R\$ 1.986 milhões originados no 3T21 e 7% menor em relação aos R\$ 2.191 milhões originados no 4T20. Já no segmento de motos, originamos R\$ 312 milhões no 4T21, frente aos R\$ 345 milhões no 3T21 e aos R\$ 492 milhões no 4T20, apresentando queda de 10% e 36% respectivamente.

A carteira de crédito de veículos encerrou o ano em R\$ 14.885 milhões, com aumento de 5% em relação aos R\$ 14.233 milhões do 3T21 e 32% em relação aos R\$ 11.299 milhões ao final do 4T20.

BANCO TRANSACIONAL

Cada vez mais nossa conta apresenta produtos e serviços que ampliam o engajamento dos clientes. O crédito é o principal instrumento para atração, engajamento e monetização, mas nossa estratégia vai além. Quase dois anos depois do início de nossa jornada para criar uma plataforma completa que alinha produtos e serviços financeiros a transacionalidade e consumo, já colhemos frutos de nossos investimentos.

No 4T21, seguimos com o nível de crescimento acelerado, adquirindo 42 mil novos clientes por dia útil, sendo 49% via fluxo orgânico. Em apenas 6 meses, os ganhos de eficiência trouxeram o CAC para R\$ 35 por cliente no 4T21 comparado aos R\$ 62 do 2T21. Encerramos 2021 com 17,1 milhões de clientes totais e 12,7 milhões de *banking clients* com uma ativação¹ de 52% e um *cross-sell index* de 2,6 produtos por cliente ativo.

Encerramos 2021 com 17,1 milhões de clientes totais e 12,7 milhões de *banking clients* com uma ativação de 52% e um *cross-sell index* de 2,6 produtos por cliente ativo.

Continuamos a apresentar fortes indicadores de engajamento. No 4T21, possuíamos mais de 5,4 milhões de contas com chaves PIX cadastradas. Esses indicadores refletem um crescimento de 36% no volume total transacionado no trimestre, somando R\$ 44,4 bilhões de TPV total em 2021.

O engajamento de nossos clientes é uma prioridade para o Banco PAN e ao longo do desenvolvimento de nossa plataforma o engajamento gerou mais transações em nossa conta digital e cartões de crédito e débito. Nesse trimestre, o volume de transações de cartões foi de R\$ 5,4 bilhões, um aumento de 126% em relação aos R\$ 2,4 bilhões no 4T20.

¹ Clientes que possuam crédito, depósito em conta corrente, ou que realizaram qualquer transação nos últimos 90 dias a partir de setembro de 2021.

CARTÕES DE CRÉDITO

Alavancados pelo crescimento da nossa conta digital e em linha com a nossa estratégia de diversificação de clientes e produtos, continuamos com a forte evolução do segmento de cartões de crédito e ampliando nossa base de clientes.

Nossa carteira de cartões de crédito cresce à medida em que nossos clientes ampliam seu engajamento e utilizam também o parcelamento e crédito rotativo. Encerramos o ano com saldo de R\$ 3.649 milhões, registrando crescimento de 17% e 106% frente aos saldos de R\$ 3.118 milhões e R\$ 1.772 milhões, do 3T21 e 4T20, respectivamente.

Em novembro de 2021, lançamos o cartão *cobranded* Buscapé, em uma iniciativa em conjunto com a Mosaico. O novo cartão oferece benefícios como, isenção de anuidade, *cashback* em todas as compras e garantia do menor preço. Em menos de 3 meses de seu lançamento, já recebemos mais de 500 mil solicitações de cartão *cobranded*, demonstrando o potencial desse produto.

No 4T21, reduzimos a emissão de novos cartões de crédito para 352 mil novos cartões, como uma medida preventiva dada a deterioração do cenário macroeconômico brasileiro, entretanto continuamos oferecendo não apenas cartões de crédito como outras modalidades de crédito para o nosso cliente.

EMPRÉSTIMO PESSOAL

Focados na estratégia de criar uma plataforma completa para os clientes PAN, o empréstimo pessoal, visa complementar a gama de produtos que em nossa visão engajam e fidelizam o cliente final.

O empréstimo pessoal é uma ferramenta fundamental no cotidiano do cliente, que em diversos momentos enfrenta a necessidade de complementar seu fluxo de caixa, fazer investimentos pontuais e cobrir necessidades do dia a dia.

Encerramos o 4T21 com uma carteira de R\$ 470 milhões, 31% maior aos R\$ 359 milhões do 3T21 e 539% superior aos R\$ 74 milhões do 4T20.

SEGUROS

A distribuição de seguros é peça chave dentro da estratégia de diversificação, cross-sell e expansão da nossa plataforma completa de serviços focados em atender as necessidades específicas dos nossos clientes. Nesse trimestre expandimos nosso portfólio, incluindo o Seguro PIX e o Seguro do Cartão.

Fechamos o ano com mais de 1,7 milhão de clientes com seguros, sendo 491 mil bankings clients. A alta penetração dos seguros dentro de nossa base de banking clients demonstra grande capacidade de cross-sell. Vamos continuar a desenvolver uma plataforma one-stop-shop, 100% disponível no aplicativo facilitando a contratação de serviços e produtos contextuais. Em breve, teremos novas ofertas de seguros, como: Seguro FGTS, Seguro de Vida, Seguro de Perda de Renda, Seguro Residencial, entre outros.

No 4T21, originamos R\$ 124 milhões em prêmios de seguros, alcançando um total anual de R\$ 581 milhões, 41% superior frente aos R\$ 412 milhões originados em 2020. Esses valores se refletem em nossa receita de seguros que fechou o 4T21 em R\$ 54,3 milhões e o ano em R\$ 195 milhões, valores 97% e 144% superiores aos mesmos períodos em 2020.

CARTEIRAS EM RUN-OFF

A carteira em *run-off* seguiu recuando de forma relevante, 41% em 12 meses, e encerrou o ano em R\$ 375 milhões, basicamente representada por créditos imobiliários para pessoas físicas (home equity) com alto nível de provisionamento.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O saldo de recursos captados totalizou R\$ 34,7 bilhões no encerramento do 4T21 apresentando a seguinte composição: (i) R\$ 20,3 bilhões em depósitos a prazo, representando 58% do total; (ii) R\$ 9,2 bilhões referente a emissões de letras financeiras, ou 26% do total; (iii) R\$ 3,4 bilhões em depósitos interfinanceiros, ou 10% do total e; (iv) outras fontes de financiamento, que correspondiam a R\$ 1,9 bilhão, equivalentes a 5% das captações totais.

RESULTADOS

MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA GERENCIAL – NIM

Em 2021, mantivemos entregas consistentes, refletindo em uma margem financeira de R\$ 6.662 milhões, crescimento de 24% em relação aos R\$ 5.372 milhões de 2020 e 59% em relação aos R\$ 4.183 milhões em 2019.

A cessão de carteira nos permite manter níveis altos de origemação e controlar o risco da carteira de crédito. Apesar disso, em 2021 notamos um crescimento da margem excluindo o resultado da cessão, demonstrando um crescimento nos resultados das novas linhas de negócios.

Entre 2019 e 2020, a NIM excluindo resultado de cessão cresceu 23%, passando de R\$ 3.231 milhões para R\$ 3.960. Entre 2020 e 2021, o crescimento foi ainda maior, de 52% alcançando R\$ 6.024 milhões.

Em relação aos ativos rentáveis médios, a NIM foi de 18,5% em 2021 e 18,4% no 4T21 enquanto a NIM sem cessão foi de 16,8% em 2021 e 17,9% no 4T21. Nas comparações anuais, a NIM foi 0,5 p.p. menor e a NIM sem cessão foi 2,8 p.p. maior em relação a 2020. Estes patamares se mantiveram altos, e estão relacionados aos spreads robustos das operações de crédito e a expansão das novas linhas de crédito com margens maiores.

PROVISÕES E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A despesa líquida de provisão de créditos totalizou R\$ 408 milhões, frente aos R\$ 378 milhões do 3T21 e aos R\$ 247 milhões do 4T20. Em relação à carteira, estas despesas líquidas de recuperação anualizadas passaram de 4,6% no 3T21 para 4,8% no 4T21.

CUSTOS E DESPESAS

As despesas administrativas e de pessoal totalizaram R\$ 563 milhões no 4T21, frente aos R\$ 525 milhões no 3T21 e aos R\$ 452 milhões do 4T20, refletindo principalmente os investimentos em novas linhas de negócios com a criação da unidade de banking clients.

As despesas com origemação somaram R\$ 435 milhões ao final do trimestre frente aos R\$ 506 milhões do 3T21 e aos R\$ 539 milhões do 4T20, acompanhando os volumes de origemação de crédito e aquisição de clientes.

RESULTADO LÍQUIDO

No 4T21, registramos LAIR de R\$ 276 milhões, queda de 1% frente ao LAIR de R\$ 280 milhões do 3T21 e aumento de 6% frente ao LAIR de R\$ 261 milhões do 4T20.

O Lucro Líquido foi de R\$ 190 milhões, em linha com o lucro de R\$ 191 milhões do 3T21 e 11% maior frente ao lucro de R\$ 171 milhões do 4T20.

Os principais fatores que vêm contribuindo positivamente para os resultados do último trimestre são: (i) margem financeira robusta; (ii) redução das despesas; e (iii) receitas crescentes de prestação de serviços.

Importante ressaltar que seguimos realizando investimentos na expansão de nossa plataforma e na aquisição de clientes, sem diferimento ou ativação. Isto totalizou R\$ 1 bilhão de incremento nas despesas de 2020 para 2021.

O retorno anualizado sobre patrimônio líquido médio foi de 13,3% no 4T21, frente ao retorno de 13,6% no 3T21 e de 13,0% no 4T20. O retorno ajustado anualizado (não auditado) foi de 18,0% no 4T21, frente aos retornos de 18,4% no 3T21 e de 20,9% no 4T20.

O ajuste consiste na adequação de dois legados remanescentes: (i) o excesso de despesa financeira de CDB pré-fixados emitidos entre 2005 e 2008 (com vencimentos relevantes até 2025), comparado com o custo de *funding* atual do PAN para o mesmo prazo e (ii) o excedente de crédito tributário de prejuízo fiscal, em relação ao mercado bancário, advindo das inconsistências contábeis encontradas em 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL

O Patrimônio Líquido Consolidado do PAN totalizou R\$ 5.799 milhões em dezembro de 2021, frente aos R\$ 5.676 milhões em setembro de 2021 e aos R\$ 5.317 milhões em dezembro de 2020.

Em função da consolidação do Banco PAN no consolidado prudencial do BTG Pactual, o índice de Basileia individual deixou de ser formalmente divulgado. Entretanto, seguimos divulgando um índice gerencial para acompanhamento da capitalização do Banco PAN.

O índice de Basileia gerencial (proforma) encerrou o 4T21 em 17,3% frente aos 15,3% registrados ao final do 3T21 e aos 15,9% registrados no 4T20, todos compostos integralmente por Capital Principal. No 4T21, consideramos também o efeito da incorporação da Mosaico, que ainda não foi concluída e aguarda aprovação pelo Banco Central do Brasil.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis do Banco passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, o PAN contratou a PwC em 2021 para prestar os seguintes serviços: (i) consultoria para Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no valor de R\$ 94 mil; (ii) emissão de relatório sobre controles internos relativos a operações de cessão de crédito no valor de R\$ 273 mil; e (iii) trabalho relacionado a Mercado de Capitais no montante de R\$ 112 mil, totalizando montante inferior aos 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, de que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios do PAN, e aos nossos clientes, investidores e parceiros, que nos honram com seu reiterado apoio e confiança.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

continua



...continuação

Antecipe 7 anos do seu FGTS direto pelo app de forma rápida.

* Sujeito à análise.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020		
Disponibilidades	5	2.272	2.905	3.943	4.854	Instrumentos financeiros					
Instrumentos financeiros		42.471.375	33.334.517	42.699.462	33.562.758	Depósitos	15.a	24.680.740	22.181.345	24.034.791	21.566.403
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	7.176	1.251.889	11.735	1.251.838	Depósitos à vista		328.188	76.092	328.165	76.056
Aplicações no mercado aberto		1.202	1.251.889	5.710	1.251.889	Depósitos interfinanceiros		3.676.689	9.011.115	3.446.520	8.747.715
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.974	-	5.974	-	Depósitos a prazo		20.675.863	13.094.138	20.260.106	12.742.632
Aplicações em depósitos de poupança		-	-	51	49	Captações no mercado aberto	15.b	1.186.562	1.314.155	1.186.562	1.307.042
Títulos e valores mobiliários	7.a	6.085.177	2.721.513	6.306.937	2.945.552	Carteira própria		1.186.562	1.314.155	1.186.562	1.307.042
Carteira própria		4.647.050	1.232.193	4.865.283	1.455.548	Recursos de aceites e emissão de títulos	15.c	9.380.408	5.346.049	9.380.408	5.346.049
Vinculados a prestação de garantias		222.803	193.389	226.330	194.073	Recursos de letras financeiras e mobiliárias		9.380.408	5.346.049	9.380.408	5.346.049
Vinculados a compromissos de recompra		1.215.324	1.295.931	1.215.324	1.295.931	Relações interfinanceiras	16	2.462.545	1.491.821	2.462.545	1.491.821
Relações interfinanceiras		2.828.435	9.047	2.828.435	9.047	Recebimentos de pagamentos a liquidar		2.383.754	1.380.060	2.383.754	1.380.060
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		2.825.583	5.507	2.825.583	5.507	Correspondentes no País		78.791	111.761	78.791	111.761
Correspondentes no País		2.852	3.540	2.852	3.540	Obrigações por empréstimos	17	822.344	-	822.538	-
Operações de crédito	8	32.337.283	27.212.114	32.337.283	27.212.155	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	39.488	-	39.488	-
Operações de crédito		31.811.074	27.465.468	31.811.074	27.466.468	Instrumentos financeiros derivativos		39.488	-	39,488	-
Títulos e créditos a receber		2.520.853	1.644.136	2.520.955	1.644.175	Outros passivos financeiros	18	492.702	112.439	492.702	112.439
(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	8.c	(1.994.644)	(1.898.490)	(1.994.746)	(1.898.490)	Provisões	19	366.841	438.344	319.363	513.622
Outros ativos financeiros	9	1.213.304	2.139.954	1.215.072	2.144.068	Obrigações fiscais	20	544.149	439.986	561.761	536.768
Ativos fiscais		4.065.420	3.920.474	4.170.920	4.095.561	Correntes	33.b	442.325	439.986	451.271	451.148
Correntes		598.842	529.741	634.756	596.917	Diferidas	33.e	101.824	-	110.490	85.620
Diferidos		3.466.578	3.390.733	3.536.164	3.498.644	Outros passivos		2.658.997	2.321.819	2.704.552	2.332.336
Outros ativos	10	445.713	318.898	465.805	353.213	Sociais e estatutárias		371.541	325.131	371.683	325.131
Outros valores e bens		316.258	365.853	323.761	374.658	Diversos	21	2.287.456	1.996.688	2.332.869	2.007.205
Outros valores e bens	11.a	208.434	315.152	215.361	322.900	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	22	5.798.633	5.317.468	5.798.633	5.317.468
(Provisão para perdas)	11.a	(51.175)	(56.587)	(52.077)	(57.661)	Capital social:		4.175.222	4.175.222	4.175.222	4.175.222
Despesas antecipadas	11.b	158.999	107.288	160.477	109.419	De domiciliados no País		3.699.805	3.606.057	3.699.805	3.606.057
Investimentos		954.959	904.000	20.941	12.625	De domiciliados no Exterior		475.417	569.165	475.417	569.165
Participações em controladas	12.a	950.015	891.375	15.997	-	Reserva de capital		207.322	207.322	207.322	207.322
Outros investimentos	12.b	4.944	12.625	4.944	12.625	Reserva de lucros		1.436.523	958.655	1.436.523	958.655
Imobilizado	13	101.395	23.360	102.223	23.360	Outros resultados abrangentes		(20.434)	(23.731)	(20.434)	(23.731)
Outras imobilizações de uso		133.191	82.320	134.469	82.320	Participação de acionistas não controladores		-	-	219	-
(Depreciações acumuladas)		(31.796)	(58.960)	(32.246)	(58.960)	Total do Patrimônio líquido		5.798.633	5.317.468	5.798.852	5.317.468
Intangível	14	76.017	93.419	116.507	96.919	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.433.409	38.963.426	47.903.562	38.523.948
Ativos intangíveis		485.881	496.699	546.925	518.619						
(Amortizações acumuladas)		(409.864)	(403.280)	(430.418)	(421.700)						
TOTAL DO ATIVO		48.433.409	38.963.426	47.903.562	38.523.948						

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Receitas da intermediação financeira		5.810.843	10.476.162	9.591.118	10.488.930
Renditas de operações de crédito	8.g	5.095.690	9.327.736	9.278.765	9.337.934
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	-	-	-	65
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.e	266.298	415.327	160.155	417.832
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.d	384.168	665.122	150.439	665.122
Resultado de operação de câmbio		1.258	1.862	1.598	1.862
Resultado das aplicações compulsórias		63.429	66.115	161	66.115
Despesas da intermediação financeira		(2.453.109)	(3.923.917)	(3.678.094)	(3.896.299)
Operações de captação no mercado	15.d	(1.366.157)	(2.134.706)	(2.246.381)	(2.106.986)
Operações de empréstimos e repasses		(548)	(548)	-	(548)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(1.086.404)	(1.788.663)	(1.431.713)	(1.788.765)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.357.734	6.552.245	5.913.024	6.592.631
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.797.695)	(5.437.914)	(5.016.410)	(5.511.589)
Receitas de prestação de serviços	23	415.052	741.682	471.927	743.409
Resultado de participações em controladas	12.a	38.852	44.824	20.663	-
Despesas de pessoal	24	(430.502)	(783.813)	(572.667)	(785.367)
Outras despesas administrativas	25	(1.896.081)	(3.796.205)	(2.890.288)	(3.825.882)
Despesas tributárias	26	(196.903)	(380.773)	(293.620)	(384.765)
Despesas de provisões	27	(67.147)	(181.197)	(190.889)	(181.171)
Outras receitas/(despesas) operacionais	28	(660.966)	(1.082.432)	(1.561.536)	(1.077.813)
Resultado operacional		560.039	1.114.331	896.614	1.081.042
Resultado não operacional	29	32.034	28.868	28.785	28.677
Resultado antes dos tributos		592.073	1.143.199	925.399	1.109.719
Tributos sobre o lucro	33.a	(210.259)	(368.623)	(269.830)	(335.143)
Provisão para imposto de renda		(30.428)	(244.946)	(196.591)	(172.521)
Provisão para contribuição social		(24.660)	(199.874)	(156.982)	(201.710)
Ativo fiscal diferido		(155.171)	76.197	83.743	39.088
Lucro Líquido		381.814	774.576	655.569	774.576
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuído aos acionistas - R\$					
Lucro por ação ordinária		0,32	0,64	0,54	-
Lucro por ação preferencial		0,32	0,64	0,54	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Lucro líquido		381.814	774.576	655.569	774.576
Itens que serão reclassificados para o resultado					
Outros resultados abrangentes		1.333	3.297	(9.373)	3.297
Ganhos/(perdas) não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda		302	661	(785)	661
Ganhos/(perdas) não realizados em outros resultados abrangentes		1.768	4.445	(13.548)	4.445
Efeito tributário		(737)	(1.809)	4.960	(1.809)
Resultado Abrangente do Período		383.147	777.873	646.196	777.873
Atribuível a:					
Acionistas controladores		383.147	777.873	646.196	777.873

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Receitas		4.455.377	8.218.350	6.931.622	8.238.320
Intermediação financeira		5.810.843	10.476.162	9.591.118	10.488.930
Prestação de serviços	23	415.052	741.682	471.927	743.409
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(1.086.404)	(1.788.663)	(1.431.713)	(1.788.765)
Outras receitas/(despesas)		(684.114)	(1.210.831)	(1.699.710)	(1.205.254)
Despesas de Intermediação Financeira		(1.366.705)	(2.135.254)	(2.246.381)	(2.107.534)
Insuomos Adquiridos de Terceiros		(1.786.398)	(3.589.676)	(2.702.837)	(3.618.855)
Materiais, energia e outros	25	(63)	(4.168)	(3.773)	(4.170)
Serviços de terceiros	25	(314.181)	(571.064)	(424.459)	(591.897)
Comissões pagas a correspondentes bancários	25	(830.631)	(1.815.158)	(1.520.912)	(1.815.158)
Outras		(641.523)	(1.199.286)	(753.693)	(1.207.630)
Processamento de dados	25	(188.824)	(353.468)	(273.701)	(353.639)
Serviços do sistema financeiro	25	(175.212)	(307.817)	(214.559)	(308.645)
Propaganda, promoções e publicações	25	(150.153)	(283.574)	(118.799)	(283.940)
Comunicações	25	(54.594)	(110.152)	(68.242)	(110.225)
Despesas com busca e apreensão de bens	25	(5.794)	(12.320)	(20.318)	(12.333)
Manutenção e conservação de bens	25	(7.093)	(13.791)	(6.047)	(13.793)
Transportes	25	(3.999)	(5.487)	(3.582)	(5.487)
Taxas e emolumentos	25	(1.606)	(3.094)	(2.325)	(3.866)
Viagens	25	(1.129)	(1.618)	(1.725)	(1.618)
Outras	25	(53.119)	(107.965)	(44.395)	(114.084)
Valor Adicionado Bruto		1.302.274	2.493.420	1.982.404	2.511.931
Depreciações e Amortizações		(54.455)	(101.545)	(130.361)	(102.701)
Valor Adicionado Líquido		1.247.819	2.391.875	1.852.043	2.409.230
Produzido pela Entidade		1.247.819	2.391.875	1.852.043	2.409.230
Valor Adicionado Recebido em Transferência	12.A	38.852	44.824	20.663	-
Resultado de participações em controladas		38.852	44.824	20.663	-
Valor Adicionado Total a Distribuir		1.286.671	2.436.699	1.872.706	2.409.230
Distribuição do Valor Adicionado		1.286.671	2.436.699	1.872.706	2.409.230
Pessoal		372.684	682.017	498.604	683.468
Remuneração direta	24	292.108	533		

...continuação

Cartão de Crédito sem anuidade e com descontos pra economizar mais.

* Sujeito à análise de crédito e condições do produto.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN", "Instituição" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso passou a oferecer uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de todo o transacional inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. O Banco PAN possui carteiras em *run-off* de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (sendo a maior parte com transferência substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.h). Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas da intermediação financeira.

Atualmente o Banco PAN é controlado pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), com 71,69% do capital total*.

Em 31/12/2021 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.*	657.561	100,00%	206.354	37,69%	863.915	71,69%
Mercado (<i>free float</i>)	-	-	341.141	62,31%	341.141	28,31
Total	657.561	100,00%	547.495	100,00%	1.205.056	100,00

* Participação direta e indireta através do Banco Sistema S.A. subsidiária do Banco BTG Pactual S.A.

a) Eventos societários

Em 05/04/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), e o Banco Sistema S.A. ("Banco Sistema"), subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), assinaram Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade da CaixaPar ("Contrato"), representativas de 49,2% do capital social votante e de 26,8% do capital social total da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor de R\$ 11,42 por cada uma das ações objeto ("Operação").

Em 19/05/2021 foi concluída a aquisição do Banco PAN pelo Banco Sistema, após verificado o cumprimento de todas as condições precedentes da operação, incluindo a aprovação do Banco Central do Brasil ("BCB" ou "BACEN") e da autoridade concorrencial competente, encerrando-se nesta data o acordo de acionistas do Banco PAN, celebrado entre BTG Pactual e a CaixaPar em 31/01/2011.

• Aquisição Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda

Em 13/09/2021, o Banco PAN comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que assinou contrato para aquisição de 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda, a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O BACEN aprovou a aquisição em 10/12/2021.

• Incorporação das ações da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A.

Em 03/10/2021, o Banco PAN S.A. (B3: BPAN4 – "PAN") assinou um Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo de Associação") para incorporação da totalidade das ações de emissão da Mosaico Tecnologia ao Consumidor S.A. ("Mosaico") (B3: MOSI3). *empresa* nova digital que reúne as marcas Zoom, Buscapé e Bondifaro, e que é detentora da maior plataforma de conteúdo e originação de vendas para o e-commerce do Brasil ("Operação").

Uma vez aprovada pelas assembleias gerais do PAN e da Mosaico, a Operação será efetivada mediante a incorporação das ações de emissão da Mosaico pelo PAN, com emissão de 101.276.624 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal do PAN ("Ações BPAN4") a serem entregues aos acionistas da Mosaico, em uma relação de troca de 0,8x (MOSI3/BPAN4). Desta forma, o capital social da Mosaico passará a ser integralmente detido pelo PAN e os atuais acionistas da Mosaico passarão a deter 7,8% do capital social do PAN.

Também no âmbito da Operação, os acionistas da Mosaico receberão 21.099.296 bônus de subscrição de emissão do PAN ("Bônus de Subscrição"), sendo que cada bônus dará direito a 0,166667 Ação BPAN4. A condição para o exercício dos Bônus de Subscrição é que, a partir de 6/10/2021 e em até 30 (trinta) meses do fechamento da Operação, o preço de negociação das Ações BPAN4 no encerramento de 3 (três) pregões consecutivos da B3 tenha se mantido em valor superior a R\$ 24,00 (vinte e quatro reais).

O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de condições suspensivas usuais de mercado, incluindo a obtenção, pela Mosaico e pelo PAN, das aprovações das respectivas Assembleias Gerais e do BACEN, tendo em vista a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ocorrida em 25/11/2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis do Banco e suas empresas controladas ("Consolidado"), e foram elaboradas de acordo com as normas contábeis brasileiras, aplicáveis às instituições financeiras, conforme regulamentações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as normas baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e com os princípios e as melhores práticas de contabilidade recomendados.

a) Consolidação:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco PAN foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/02/2022.

b) As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Acionistas Controladas diretas:	Participação total %	
	31/12/2021	31/12/2020
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	100,00	100,00
Controlada indireta:		
Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (1)	80,00	-

(1) Empresa controlada pela Brazilian Finance & Real Estate S.A. (nota 1.a - Eventos Societários).

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Auração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou com títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos Financeiros (Ativo):

Instrumentos financeiros são representados por qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Os instrumentos financeiros ativos são:

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

ii. Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do exercício, quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

iii. Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. – balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7.c.

iv. Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculado "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são consideradas, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco (Resolução CMN nº 2.682/99).

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação do risco de crédito embutido nas operações.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo CMN e pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

v. Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

e) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por ativos não financeiros mantidos para venda e despesas antecipadas. Os ativos não financeiros mantidos para venda, correspondem a bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso (BNDU) e bens de uso próprio que serão realizados pela sua venda, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de ativos não financeiros mantidos para venda alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

f) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

g) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentados na Nota Explicativa 13.

h) Intangível:

Corresponde a ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos lógicos. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

A composição dos ativos intangíveis, estão apresentados na Nota Explicativa 14.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou

ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

j) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As aliquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 33.

k) Instrumentos Financeiros (Passivo):

Correspondem a depósitos, captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de aceite e emissão de títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras, e são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável a perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois não considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotos não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições que, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

n) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

o) Lucro por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das demonstrações contábeis.

p) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativamente, (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações civis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em ativos não financeiros mantidos para venda; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros; e (vii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

q) Classificação de resultado recorrente e não recorrente:

Conforme disposto na Resolução BCB Nº 2, de 12/08/2020, o Banco PAN classifica o resultado recorrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorrerem e contribuiriam para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco PAN.

r) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E RESULTADO RECORRENTE

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

	Financeiro (1)	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Disponibilidades	2.272	1.690	(19)	3.943
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7.176	4.559	-	11.735
Títulos e valores mobiliários	6.085.177	637.517	(415.757)	6.306.937
Relações interfinanceiras	2.828.435	-	-	2.828.435
Operações de crédito (4)	32.337.283	-	-	32.337.283
Outros ativos financeiros	1.213.304	1.768	-	1.215.072
Ativos fiscais	4.094.983	75.937	-	4.170.920
Outros ativos	458.417	18.507	(11.119)	465.805
Outros valores e bens	317.558	6.203	-	323.761
Investimentos	727.801	875	(707.735)	20.941
Imobilizado	101.395	828	-	102.223
Intangível	76.587	39.920	-	116.507
Total em 31/12/2021	48.250.388	787.804	(1.134.630)	47.903.562
Total em 31/12/2020	38.842.623	735.847	(1.054.522)	38.523.948

	Financeiro (1)	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Depósitos	24.450.567	-	(415.776)	24.034.791
Captações no mercado aberto	1.186.562	-	-	1.186.562
Recursos de aceites e emissão de títulos	9.380.408	-	-	9.380.408
Relações interfinanceiras	2.462.545	-	-	2.462.545
Obrigações por empréstimos	822.344	194	-	822.538
Derivativos	39.488	-	-	39.488
Outros passivos financeiros	492.702	-	-	492.702
Provisões	412.720	6.643	-	419.363
Obrigações fiscais	545.100	16.661	-	561.761
Outros passivos	2.659.319	56.352	(11.119)	2.704.552
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	5.798.633	707.954	(707.954)	5.798.633
Patrimônio líquido de acionistas não controladores	-	-	219	219
Total em 31/12/2021	48.250.388	787.804	(1.134.630)	47.903.562
Total em 31/12/2020	38.842.623	735.847	(1.054.522)	38.523.948

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)	Outros (2)	Eliminações (3)	Total
Receitas da intermediação financeira	10.476.226	29.419	(16.715)	10.488.930
Despesas da intermediação financeira	(3.912.912)	(102)	16.715	(3.896.299)
Resultado bruto				



Grandes marcas, cashback e ofertas. Quem procura na Loja PAN, acha.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31/12/2021 e em 31/12/2020, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carteira própria:	4.647.050	1.232.193	4.865.283	1.455.548
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.223.359	686.952	4.223.359	686.952
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	423.691	544.907	423.691	544.907
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	-	334	-	334
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	218.233	223.355
Vinculados à prestação de garantias:	222.803	193.389	226.330	194.073
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	222.803	193.389	222.803	193.389
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	3.527	684
Vinculados a compromissos de recompra:	1.215.324	1.295.931	1.215.324	1.295.931
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.210.775	1.137.705	1.210.775	1.137.705
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.549	158.226	4.549	158.226
Total	6.085.177	2.721.513	6.306.937	2.945.552

b) Composição por categorias e prazos:

	31/12/2021					31/12/2020				
	Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante		
Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil de (1) (2) (3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil de (1) (2) (3)	Ajuste de marcação a mercado	
Banco	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)	
Títulos para negociação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)	
Títulos disponíveis para venda:	346.967	50.739	13.477	-	411.183	411.304	(121)	642.135	(783)	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	346.967	50.739	13.477	-	411.183	411.304	(121)	642.135	(783)	
Títulos mantidos até o vencimento	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.991	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.657	-	
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	-	-	-	-	-	-	-	334	-	
Total	1.469.997	2.462.617	1.301.655	850.908	6.085.177	6.085.471	(294)	7.271.513	(1.352)	

	31/12/2021					31/12/2020				
	Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante		
Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil de (1) (2) (3)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil de (1) (2) (3)	Ajuste de marcação a mercado	
Banco	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)	
Títulos para negociação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	198.707	41.153	-	-	239.860	240.033	(173)	254.387	(569)	
Títulos disponíveis para venda:	376.589	242.877	13.477	-	632.943	663.953	(31.010)	866.174	(36.087)	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	376.589	242.877	13.477	-	632.943	663.953	(31.010)	866.174	(36.087)	
Títulos mantidos até o vencimento	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.991	-	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	924.323	2.370.725	1.288.178	850.908	5.434.134	5.434.134	-	1.824.657	-	
Fundo de Desenvolvimento Social - FDS	-	-	-	-	-	-	-	334	-	
Total	1.469.619	2.654.755	1.301.655	850.908	6.306.937	6.338.120	(31.183)	7.245.552	(36.656)	

- Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("B3 S.A."). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em "Títulos mantidos até o vencimento", cujo valor de mercado é inferior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 205.678 (31/12/2020 - superior em R\$ 51.857); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e
- Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. A política de gestão de risco do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial em operações offshore.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (trading) e carteira de não negociação (banking). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou hedge de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como hedge de instrumentos classificados na carteira banking, incluindo aqueles utilizados como hedge accounting. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, assim como os títulos e valores mobiliários classificados como "negociação" ou "disponível para venda", são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de hedge.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado		Saldo Contábil		Circulante		Não Circulante		Total em		Total em	
	31/12/2021	31/12/2020	Até 30 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco e Consolidado	22.940	(39.488)	-	-	858.015	858.015	-	-	858.015	858.015	-	-
Posição Passiva	(22.940)	(39.488)	-	-	(39.488)	(39.488)	-	-	(39.488)	(39.488)	-	-
Swap	(22.940)	(39.488)	-	-	(39.488)	(39.488)	-	-	(39.488)	(39.488)	-	-
Contratos Futuros (1)	(12.683)	(12.683)	(12.683)	-	-	-	-	-	-	-	(6.867)	-
Como hedge de risco (Nota 9)	2.498	2.498	-	-	-	-	-	-	-	-	2.498	-
Posição passiva	(15.181)	(15.181)	(12.683)	-	(15.181)	(15.181)	-	-	(15.181)	(15.181)	-	-
Total	(35.623)	(52.171)	(12.683)	-	(39.488)	(52.171)	-	-	(52.171)	(6.867)	-	-

(1) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.

ii) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

	31/12/2021					31/12/2020	
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência	31/12/2021	31/12/2020
Banco e Consolidado	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	858.015	858.015	-
Contratos de Swap	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	858.015	858.015	-
Posição passiva:	-	-	-	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	858.015	858.015	-
Compromissos de Compra:	859.512	-	-	-	-	-	1.319.785
Mercado Interfinanceiro	803.746	-	-	-	-	-	1.216.512
Outros	55.766	-	-	-	-	-	103.273
Compromissos de Venda:	21.632.843	-	-	-	-	-	20.268.647
Mercado Interfinanceiro	21.574.269	-	-	-	-	-	20.162.784
Moeda Estrangeira	2.808	-	-	-	-	-	2.590
Outros	55.766	-	-	-	-	-	103.273
Total	23.350.370	(22.940)	(16.548)	(39.488)	23.350.370	21.588.432	-

iii) Abertura por vencimento (valor de referência):

	31/12/2021				31/12/2020		
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021	31/12/2020
Banco e Consolidado	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)	858.015	858.015	-
Contratos swaps	-	-	-	-	-	-	-
Libor x DI	-	-	-	-	858.015	858.015	-
Contratos futuros	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.492.355	21.588.432
DDI	111.532	-	-	-	111.532	206.546	-
DI	2.627.174	-	2.717.130	5.095.823	11.937.888	22.378.015	21.379.296
Dólar	-	2.808	-	-	-	2.808	2.590
Total	2.738.706	2.808	2.717.130	5.095.823	12.795.903	23.350.370	21.588.432

iv) Local de negociação e contrapartes:

	31/12/2021	31/12/2020
Banco e Consolidado	858.015	21.588.432
B3 S.A. (balcão)	-	-
B3 S.A. (bolsa)	22.492.355	21.588.432
Total	23.350.370	21.588.432

v) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Banco e Consolidado	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)
Posição passiva:	-	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	858.015	(22.940)	(16.548)	(39.488)
Compromissos de Compra:	859.512	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	803.746	-	-	-
Outros	55.766	-	-	-
Compromissos de Venda:	21.632.843	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	21.574.269	-	-	-
Moeda Estrangeira	2.808	-	-	-
Outros	55.766	-	-	-
Total	23.350.370	(22.940)	(16.548)	(39.488)

(1) Títulos dados em garantia da B3 S.A..

vi) Hedge Contábil - Valor de Mercado:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Banco e Consolidado	2.244.383	1.933.206	-	-
Instrumentos Financeiros	864.397	-	-	-
Posição Ativa	-	-	-	-
Swap - Dólar (3)	1.379.986	1.933.206	-	-
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (1)	(18.999.824)	(18.633.887)	-	-
Posição Passiva	(18.999.824)	(18.633.887)	-	-
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (2)	19.103.995	17.214.182	-	-
Objeto de Hedge	(19.103.995)	(17.214.182)	-	-
Operações de Crédito (2)	(596.358)	(1.904.951)	-	-
Posição Passiva	822.344	-	-	-
Empréstimo no Exterior (3)	(1.418.702)	(1.904.951)	-	-
Certificados de depósitos a prazo (1)	-	-	-	-

- Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; (Nota 15); e
- Neste objeto hedge inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos (Nota 8).
- Utilizado como proteção da operação de captação no exterior.

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Banco e Consolidado	3.726.959	(3.022.349)	704.610	1.041.358	(439.235)	602.123
Swap	-	(39.488)	(39,488)	-	-	-
Futuro	3.726.959	(3.022.349)	704.610	1.041.358	(439.235)	602.123
Total	3.72					

...continuação

Seu dinheiro rende 11% do CDI* com o Poupa PAN.

* Prazo de vencimento de 361 dias. Valor máximo das aplicações de R\$100 mil por CPF. Guarde ou retire o seu dinheiro em dias úteis das 07h às 17h. Condição válida a partir de 24/02/2022. Valor com rendimento é o previsto para seu valor guardado. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10) OUTROS ATIVOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais e fiscais	188.465	174.082	208.999	194.926
Valores a receber de sociedades ligadas	71.628	18.798	61.081	13.411
Valores a receber de empréstimos consignados (1)	2.427	6.213	2.427	6.213
Benefício residual em operações securitizadas	-	-	4.493	3.887
Outros (2)	183.193	119.805	188.805	134.776
Total	445.713	318.898	465.805	353.213
Circulante	356.582	276.836	365.713	292.177
Não circulante	89.131	42.062	100.092	61.036

(1) Refere-se basicamente a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por governos estaduais e prefeituras, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2021 é de R\$ 11.304 (R\$ 32.040 em 31/12/2020) (Nota 8.c); e

(2) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 8.072 em 31/12/2021 (R\$ 7.502 em 31/12/2020) (Nota 8.c).

11) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valor Residual	-	-	-	-
Bens não de uso próprio	207.024	155.175	258.009	213.951
Imóveis	184.237	140.000	244.273	190.898
Veículos	22.787	15.849	13.736	23.053
Outros	1.410	1.410	556	1.410
Total	208.434	(51.175)	258.565	215.361
Circulante	157.259	157.259	258.565	(52.077)
Não circulante	51.175	-	-	163.284

b) Despesas antecipadas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços do sistema financeiro	124.330	89.076	124.456	89.249
Processamento de dados	3.890	5.040	3.890	5.040
Manutenção de softwares	6.774	4.059	6.774	4.059
Outras	24.005	9.113	25.357	11.071
Total	158.999	107.288	160.477	109.419
Circulante	25.552	70.416	26.467	71.386
Não circulante	133.447	36.872	134.010	38.033

12) INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social %	Resultado ajustado 31/12/2021	Saldo dos investimentos 31/12/2021	Ajuste decorrente de avaliação (1) exercício findo em 31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
			ON	PN	Cotas						
Controladas e coligadas diretas do PAN											
Pan Arrendamento Mercantil S.A. (2)	356.735	226.587	11	-	-	100,00	26.604	226.587	199.983	26.604	(5.549)
Pan Administradora de Consórcio Ltda. (2)	42.388	77.792	-	-	48.168	100,00	3.039	77.792	74.898	3.039	19.920
Brazilian Securities											
Companhia de Securitização (2)(3)	174.201	216.972	77.865	-	-	100,00	3.663	217.176	214.894	3.662	1.042
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (4)	107.662	192.448	0,2	0,5	-	100,00	12.248	192.448	183.070	12.248	8.019
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (2)(3)	179.864	219.648	-	-	179.864	100,00	(729)	220.015	218.530	(729)	(2.769)
Bw Properties S.A. (5)	400.442	474.629	23	-	-	3,86	-	15.997	-	-	-
Total							950.015	891.375	44.824	20.663	
Controlada direta da Brazilian Finance & Real Estate S.A.											
Mobiauto Edição de Anúncios	18.156	1.094	-	-	9.742	80,00	-	40.000	-	-	-
Online Ltda. (6)(7)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas que tiveram suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;

(3) O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 571, sendo R\$ 367 da BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. e R\$ 204 da Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Empresa que teve sua demonstração contábil do exercício findo em 31/12/2021 auditada por outro auditor independente;

(5) A partir de dez/21 o Banco PAN reclassificou o investimento detido na Bw Properties que anteriormente era classificado em Outros Investimentos para Participações em Controladas, uma vez que a entidade é parte do mesmo grupo econômico, do qual o grupo PAN faz parte (Banco BTG Pactual). Empresa não Consolidada pelo Banco PAN;

(6) Em 10/12/2021 foi aprovado pelo BACEN a aquisição por parte da empresa Brazilian Finance & Real Estate, a participação no capital social da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda; e

(7) Conforme mencionado na nota explicativa 1.a (Eventos Societários), há em 31/12/2021, ágio "preliminar" na aquisição de investimento da empresa Mobiauto, no montante de R\$ 39.125.

b) Outros investimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
Banco e Consolidado		
Bw Properties S.A. (1)	-	10.710
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	4.565	1.536
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	4.944	12.625

(1) A partir de dez/21 o Banco PAN reclassificou o investimento detido na Bw Properties que anteriormente era classificado em Outros Investimentos para Participações em Controladas e Coligadas, uma vez que a entidade é parte do mesmo grupo econômico, do qual o grupo PAN faz parte (Banco BTG Pactual).

13) IMOBILIZADO

a) Os ativos imobilizados são compostos por:

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Banco					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	24.050	(2.094)	21.956	9.646
Sistemas de segurança e comunicações	10%	5.729	(2.274)	3.455	1.208
Sistemas de processamento de dados	20%	54.590	(24.263)	30.327	12.506
Máquinas de aquisição	33%	48.822	(3.165)	45.657	-
Total em 31/12/2021		133.191	(31.796)	101.395	-
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	-	23.360
Consolidado					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	24.434	(2.544)	21.890	9.646
Sistemas de segurança e comunicações	10%	5.729	(2.274)	3.455	1.208
Sistemas de processamento de dados	20%	55.484	(24.263)	31.221	12.506
Máquinas de aquisição	33%	48.822	(3.165)	45.657	-
Total em 31/12/2021		134.469	(32.246)	102.223	-
Total em 31/12/2020		82.320	(58.960)	-	23.360

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalação, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Máquinas de aquisição	Total
Banco					
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360
Aquisições	21.837	3.619	25.231	48.822	99.509
Baixas	(5.415)	(136)	(581)	-	(6.132)
Depreciação	(4.112)	(1.236)	(6.829)	(3.165)	(15.342)
Saldo em 31/12/2021	21.956	3.455	30.327	45.657	101.395
Consolidado					
Saldo em 31/12/2020	9.646	1.208	12.506	-	23.360
Aquisições	21.771	3.619	26.125	48.822	100.337
Baixas	(5.415)	(136)	(581)	-	(6.132)
Depreciação	(4.112)	(1.236)	(6.829)	(3.165)	(15.342)
Saldo em 31/12/2021	21.890	3.455	31.221	45.657	102.223

14) INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2021	31/12/2020
Banco					
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	256.367	(193.739)	62.628	57.079
Ágio	10%	229.514	(216.125)	13.389	36.340
Total em 31/12/2021		485.881	(409.864)	76.017	-
Total em 31/12/2020		496.699	(403.280)	-	93.419
Consolidado					
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	257.268	(194.501)	62.767	57.251
Ágio	10%	289.657	(235.917)	53.740	39.668
Total em 31/12/2021		546.925	(430.418)	116.507	-
Total em 31/12/2020		518.619	(421.700)	-	96.919

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Banco			
Saldo em 31/12/2020	57.079	36.340	93.419
Adições	61.862	-	61.862
Baixas	(837)	-	(837)
Amortização	(55.476)	(22.951)	(78.427)
Saldo em 31/12/2021	62.628	13.389	76.017
Consolidado			
Saldo em 31/12/2020	57.251	39.668	96.919
Adições (1)	61.862	39.125	100.987
Baixas	(837)	-	(837)
Amortização	(55.509)	(25.053)	(80.562)
Saldo em 31/12/2021	62.767	53.740	116.507

(1) Há em 31/12/2021, ágio "preliminar" na aquisição de investimento da empresa Mobiauto (Nota 1.a).

15) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	Circulante				Não Circulante	
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021
Banco						
Depósitos à vista	328.188	-	-	-	-	328.188
Depósitos interfinanceiros	858.514	422.928	-	62.869	2.121.500	3.676.689
Depósitos a prazo (1)	875.514	2.297.751	1.917.168	5.191.087	10.394.343	20.675.863
Total em 31/12/2021	2.062.216	2.720.679	2.128.046	5.253.956	12.515.843	24.680.740
Total em 31/12/2020	3.615.576	6.233.016	1.009.768	2.294.827	9.028.158	22.181.345
Consolidado						
Depósitos à vista	328.165	-	-	-	-	328.165
Depósitos interfinanceiros	858.514	422.928	-	62.747	2.099.000	3.446.520
Depósitos a prazo (1)	873.721	2.292.856	1.909.247	5.136.288	10.047.994	20.260.106
Total em 31/12/2021	2.060.400	2.715.784	1.912.578	5.199.035	12.146.994	24.034.791
Total em 31/12/2020	3.607.960	6.218.217	955.563	2.019.878	8.764.785	21.566.403

(1) Objeto de hedge contábil (Nota 7.c.v).


b) Captações no mercado aberto:

	Circulante				Não Circulante	
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2021
Banco						
Carteira Própria	1.182.001	-	-	157	4.404	1.186.562
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	157	4.404	4.561
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.182.001	-	-	-	-	1.182.001
Total em 31/12/2021	1.307.042	-	-	157	4.404	1.186.562
Total em 31/12/2020						

...continuação

Financie seu novo carro e comece a pagar em até 45 dias.

* Sujeito à análise de crédito e condições do produto.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Reservas de lucros:
Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.
Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do valor autorizado, essa reserva poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que for empenhado após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio / dividendos:
Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.
A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio / dividendos.

	31/12/2021	%(1)	31/12/2020	%(1)
Lucro líquido	774.876		655.569	
(-) Reserva Legal	(38.729)		(32.778)	
Base de cálculo	735.847		622.791	
Juros sobre o capital próprio (bruto) deliberados provisionados/pagos	261.080		246.130	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(39.162)		(36.919)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados provisionados/pagos	221.918		209.211	
Dividendos propostos	35.628		8.766	
Juros sobre o capital próprio (líquido) deliberados e dividendos	257.546	35%	217.977	35%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	312.780	253.353	312.780	253.353
Rendas de cartão	231.113	130.520	231.113	130.520
Rendas de intermediação de negócios	195.819	80.207	195.819	80.207
Outras	1.970	7.847	3.697	18.164
Total	741.682	471.927	743.409	482.256

24) DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	508.775	367.125	509.796	368.047
Encargos sociais	136.008	98.596	136.349	98.899
Benefícios (Nota 32)	103.619	81.895	103.810	82.155
Honorários (Nota 30.b)	24.875	16.900	24.875	16.900
Outros	10.536	8.151	10.537	8.151
Total	783.813	572.667	785.367	574.152

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.815.158	1.520.912	1.815.158	1.523.322
Serviços de terceiros	571.064	424.459	591.897	437.057
Processamentos de dívidas	353.468	273.701	353.639	273.917
Serviços do sistema financeiro	307.817	214.559	308.645	215.442
Propaganda, promoções e publicidade	283.574	118.799	283.940	118.872
Comunicações	110.152	68.242	110.225	68.374
Aluguéis	128.914	81.020	129.379	81.411
Depreciação e amortização	77.615	106.431	77.648	106.472
Manutenção e conservação de bens	13.791	6.047	13.793	6.050
Despesas com busca e apreensão de bens	12.320	20.318	12.333	20.345
Taxas e emolumentos	3.094	2.325	3.866	2.889
Água, energia e gás	1.741	2.267	1.741	2.267
Transporte	5.487	3.582	5.487	3.587
Materiais de consumo	2.429	1.506	2.429	1.506
Viagens	1.618	1.725	1.618	1.726
Outras	107.965	44.395	114.084	45.400
Total	3.796.205	2.890.288	3.825.882	2.908.639

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição à COFINS	295.702	231.896	298.353	234.358
Contribuição ao PIS	48.052	37.683	48.531	38.144
Imposto sobre serviços	30.391	20.914	30.433	21.129
Impostos e taxas	6.628	3.127	7.448	3.914
Total	380.773	293.620	384.765	297.545

27) DESPESAS DE PROVISÕES

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão/reversão de processos cíveis	(133.294)	(136.894)	(132.216)	(139.099)
Provisão/reversão de processos trabalhistas	(46.466)	(53.827)	(44.728)	(50.408)
Provisão/reversão de processos tributários	(1.442)	(478)	(4.225)	(7.057)
Total	(181.197)	(190.889)	(181.171)	(196.564)

28) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	200.759	124.081	202.193	129.325
Variação monetária / cambial	27.459	24.945	29.262	24.207
Despesas com operações de crédito cedidas	(1.030.086)	(1.468.851)	(1.030.086)	(1.468.851)
Descontos concedidos	(116.143)	(113.136)	(116.143)	(113.136)
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	(74.753)	(50.303)	(74.753)	(50.303)
Gravames	(35.820)	(33.197)	(35.838)	(33.224)
Amortização de ágio (Nota 14.b)	(23.930)	(23.930)	(25.053)	(25.053)
Outras	(29.918)	(21.145)	(27.395)	(16.580)
Total	(1.082.432)	(1.561.536)	(1.077.813)	(1.553.615)

29) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	(322)	20.782	(546)	20.974
Resultado na alienação de outros valores e bens	29.190	8.003	29.167	9.851
Cessão de direitos (1)	-	-	-	18.912
Outras	-	-	54	-
Total	28.868	28.785	28.677	49.737

(1) Em maio de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de Consórcio.

30) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros apuradas nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

Banco	Prazo Máximo	31/12/2021 Ativo (Passivo)	31/12/2020 Ativo (Passivo)	31/12/2021 Receitas (Despesas)	31/12/2020 Receitas (Despesas)
Aplicação interfinanceira de liquidez (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	5.974	1.251.888	15.635	34.406
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.899	59	1.096
Cessão de crédito					
Banco BTG Pactual S.A. (c)	Sem prazo	2.541	1.812.488	159.245	605.500
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.812.488	156.704	605.500
Outros ativos					
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	162	-	-
.Too Seguros S.A.	Sem prazo	61.060	10.533	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg. de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	21	25	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização (d) (e)	Sem prazo	1.988	1.036	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda. (d) (e)	Sem prazo	144	948	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (d) (e) (f)	Sem prazo	8.415	3.403	-	-
Depósitos à vista (g)					
.Too Seguros S.A.	Sem prazo	(360)	(373)	-	-
.Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	Sem prazo	(4)	(4)	-	-
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	Sem prazo	(8)	(17)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(3)	(1)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(7)	(10)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(3)	(10)	-	-
Depósitos Interfinanceiros (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(2.299.309)	(8.579.895)	(180.579)	(259.915)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	(7.814.210)	(54.816)	(234.918)
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	11/01/2023	(230.170)	(263.400)	(11.004)	(7.187)
Depósitos a prazo (i)					
Pan Adm. e Corret. de Seg. de Prev. Privada Ltda.	17/11/2024	(465.595)	(394.523)	(19.496)	(10.505)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	13/12/2024	(48.294)	(41.873)	(2.783)	(995)
Brazilian Securities Companhia de Securitização	16/12/2024	(71.820)	(60.562)	(2.980)	(1.538)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	13/12/2024	(183.567)	(153.432)	(7.145)	(4.271)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	12/12/2024	(115.907)	(102.642)	(4.749)	(2.795)
Pessoal-chave da Administração	15/03/2027	(44.463)	(34.870)	(1.714)	(844)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	03/01/2022	(1.178.410)	(7.112)	(20.538)	(915)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	(20.388)	(613)
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	31/08/2026	-	(7.112)	(23)	(99)
Recursos de letras imobiliárias e financeiras (j)					
Pessoal-chave da Administração	-	-	-	(6)	(6)
Instrumentos financeiros derivativos (k)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	(39.488)	-	(39.488)	392.285
Outros passivos					
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	(208.318)	(30.881)	-	-
.Too Seguros S.A.	Sem prazo	(187.990)	-	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(19.756)	(30.250)	-	-
Brazilian Securities Companhia de Securitização	Sem prazo	(518)	(538)	-	-
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(54)	(55)	-	-
Receitas de prestação de serviços (l)					
.Too Seguros S.A.	-	-	196.054	81.241	-
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	195.819	80.073	-
Despesas de Pessoal					
.Too Seguros S.A.	-	-	235	1.168	-
Outras despesas administrativas					
.Too Seguros S.A.	-	-	(322)	(293)	-
Recursos de letras imobiliárias e financeiras (j)					
Pessoal-chave da Administração	-	-	(53.105)	(56.927)	-
.Too Seguros S.A.	-	-	(5.146)	(5.075)	-
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	(13.029)	(10.591)	-
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(114)
Teclan S.A.	-	-	-	(9.958)	(1.509)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(24.857)	(39.638)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	-	2.030.669	-
	-	-	-	2.030.669	-

- (a) Referem-se as aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;
- (b) Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, a partir de 19/05/2021 a Caixa Participações S.A. ("CaixaPar"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal ("CAIXA"), não é mais considerada partes relacionadas;
- (c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;
- (d) Saldo provisionado referente a dividendos que serão pagos até 31/12/2022, sendo: R\$ 3.072 da empresa Brazilian Finance & Real Estate S.A., R\$ 921 da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização e R\$ 144 da Pan Administradora de Consórcio Ltda.;
- (e) Saldo provisionado de R\$ 1.343, referente ao saldo remanescente da redução de capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A., conforme AGE de 18/09/2013; saldo provisionado de R\$ 432, substancialmente, relativo a valores recebidos de mutuários diversos referentes a operações de crédito adquiridas da empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;
- (f) Saldo de R\$ 4.000, refere-se ao pagamento inicial pela participação na Mobiauto;
- (g) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;
- (h) Referem-se às captações por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;
- (i) Referem-se às captações por meio de depósitos a prazo efetuadas pelo Banco PAN;
- (j) Referem-se às captações por meio de letras de crédito imobiliário e letras financeiras efetuados pelo Banco PAN;
- (k) Referem-se às operações de swap; e
- (l) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros e comissão paga à correspondente por intermediação de negócios.

	Prazo Máximo	31/12/2021 Ativo (Passivo)	31/12/2020 Ativo (Passivo)	31/12/2021 Receitas (Despesas)	31/12/2020 Receitas (Despesas)
Consolidado					
Disponibilidades (a)					
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	597	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (c)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/12/2025	5.710	1.251.938	15.635	34.406
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.948	59	1.096
Cessão de crédito (d)					
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	2.541	1.812.488	159.245	605.500
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	1.812.488	156.704	605.500
Outros ativos					
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	162	-	-
.Too Seguros S.A.	Sem prazo	61.060	10.533	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg. de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	21	25	-	-
Depósitos à vista (e)					
.Too Seguros S.A.	Sem prazo	(337)	(337)	-	-
Depósitos interfinanceiros (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	26/05/2026	(2.299.309)	(8.516.495)	(169.575)	(252.728)
Caixa Econômica Federal (b)	-	-	(7.814.210)	(54.816)	(234.918)
Depósitos a prazo (

O Empréstimo Consignado com o dinheiro rápido e a burocracia reduzida.

* Sujeito à análise de crédito e condições do produto.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descausamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria ou sempre que for necessário.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional (e legal), com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração das empresas do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.390/19 estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <https://ri.bancompan.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos>.

Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	6.306.937	6.101.259	(205.678)	2.945.552
- Títulos para negociação	239.860	239.860	-	254.397
- Títulos disponíveis para venda	632.943	632.943	-	866.174
- Títulos mantidos até o vencimento	5.434.134	5.228.456	(205.678)	1.824.991
Operações de crédito	34.332.029	36.006.114	1.674.085	29.110.643
Depósitos interfinanceiros	3.446.520	3.591.842	(145.322)	8.747.715
Depósitos a prazo	20.260.106	20.886.454	(626.348)	12.742.632
Recursos de emissão de títulos	9.380.408	9.788.404	(407.996)	5.346.049
Empresas de exterior	822.344	864.397	(42.053)	-
Dívidas subordinadas	9.329	11.541	(2.212)	8.784
Lucro não realizado sem efeitos fiscais		244.476		3.034.802

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data-base do balanço;
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses têm seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

32) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Releição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no exercício findo em 31/12/2021 totalizou R\$ 103.619 no Banco PAN e R\$ 103.810 no Consolidado (R\$ 81.895 no Banco PAN e R\$ 82.155 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2020).

33) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Banco		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.143.199	925.399	1.109.719	937.697
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(544.044)	(405.110)	(524.028)	(406.619)
Efeito no cálculo dos tributos:				
Participação em controladas	22.114	9.298	-	-
Juros sobre o capital próprio	130.540	110.758	130.540	110.758
Outros valores (2)	22.767	22.767	59.345	13.733
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(368.623)	(269.830)	(335.143)	(282.128)

- (1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para o Banco à alíquota de 20% (25% de 07/2021 até 12/2021), para a Pan Arrendamento Mercantil alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021) e para as demais empresas alíquota de 9%; e
- (2) No Banco PAN, refere-se principalmente à diferença de alíquota de CSLL em função da majoração prevista na Lei nº 14.183/21 (Nota 33c). No Consolidado, refere-se também à baixa de efeitos fiscais diferidos decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado à superveniência/insuficiência de depreciação na Pan Arrendamento Mercantil.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Banco	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.176.171	837.763	(542.432)	1.671.502
Provisão para contingências civis	132.598	74.536	(90.260)	116.874
Provisão para contingências trabalhistas	63.512	22.678	(40.018)	46.172
Provisão para contingências tributárias	1.145	2.172	(1.285)	2.032
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	28.860	7.815	(13.646)	23.029
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	93.447	423.837	(457.294)	-
Outras provisões	634.783	636.625	(635.369)	635.020
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.270.496	2.004.426	(1.780.293)	2.494.629
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.120.237	321	(148.609)	971.949
Total dos créditos tributários	3.390.733	2.004.747	(1.928.902)	3.466.578
Obrigações fiscais diferidas (Nota 33.e)	-	(476.913)	375.089	(101.824)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.390.733	1.527.834	(1.553.813)	3.364.754

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONSELHO FISCAL		COMITÊ DE AUDITORIA		CONTADOR	
Presidente Roberto Balls Sallouti		Diretor Presidente Carlos Eduardo Pereira Guimarães		Peter Edward Cortes Marsden Wilson		Fábio de Barros Pinheiro		Gregório Moreira Franco	
Conselheiros		Diretores		Anibal Cardoso Joaquim Oswaldo de Assis Filho		Pedro Paulo Longuini Sidnei Corrêa Marques		CRC 1SP219426/O-2	
Alexandre Camara e Silva Ames Castanho André Esteves ⁽¹⁾ André Fernandes Lopes Dias ⁽¹⁾ Fábio de Barros Pinheiro	Fábio Soares de Miranda Carvalho Marcelo Adilson Tavanera Torresi Roberto Balls Sallouti Sérgio Cutolo dos Santos	Alex Sandro Moreira Gonçalves Camila Corá Reis Pinto Piccini Dermeval Bicalho Carvalho Diogo Cluffo da Silva Leandro Marçal Araújo Mauro Dutra Mouton Roberta Cardim Geyer							

⁽¹⁾ Em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Pan S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pan S.A. e do Banco Pan S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2021 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3 (d iv) e 8)
O Banco Pan S.A. e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito contínuo exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.

O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), associadas ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos controles relevantes relacionados à apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito que tratam da integridade da base de dados, processamento, contabilização das provisões e divulgações em notas explicativas. Adicionalmente, testamos a conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, bem como recalculamos, em base de testes, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco e atraso das operações conforme normas aplicáveis. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações contábeis.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação
O Banco Pan S.A. e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Em função desses aspectos, essa continua sendo uma área de foco em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Créditos tributários (Notas 3(i) e 33(b))
O Banco Pan S.A. e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,5 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas no projeto do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, bem como as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) para o exercício findo nessa data, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada aos controladores, acionistas e demais interessados, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco Pan S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a

Consolidado

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Provisão para contingências civis

Provisão para contingências trabalhistas

Provisão para contingências tributárias

Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio

Ajuste de marcação a mercado de derivativos

Outras provisões

Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Total dos créditos tributários

Obrigações fiscais diferidas (Nota 33.e)

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2021, cujas principais premissas utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 01/02/2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados na medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadram nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Banco				
2021	-	1.044.953	-	196.810
2022	1.478.874	957.839	234.529	130.395
2023	640.335	142.447	375.319	329.520
2024	287.287	26.822	362.101	412.482
2025	66.514	25.762	-	51.030
De 2026 a 2029	21.619	72.674	-	21.619
Total	2.494.629	2.270.496	971.949	1.120.237

Consolidado

2021

2022

2023

2024

2025

De 2026 a 2029

Total

Consolidado

2021

2022

2023

2024

2025

De 2026 a 2029

Total

Consolidado

Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

Consolidado

Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros

Superveniência de depreciação

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas

34) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31/12/2021 e em 31/12/2020, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;

b) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;

c) O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e a sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos; e

d) Em 01/03/2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034, que estabeleceu o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos de 20% para 25% entre 01/07/2021 a 31/12/2021, retornando para 20% a partir de jan/22. Para as demais instituições financeiras, que antes estavam sujeitas à alíquota de 15%, a CSLL foi majorada para 20% no mesmo período, e a partir de jan/22 voltam para 15%. Referida Medida Provisória foi convertida na Lei nº 14.183, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2021.

Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
1.389.209	838.114	(543.597)	1.683.726
136.417	75.626	(93.416)	118.627
65.644	23.076	(41.158)	47.562
22.789	5.805	(10.921)	17.673
29.028	8.501	(14.169)	23.360
48.294	424.425	(460.494)	12.225
635.416	637.157	(635.434)	637.139
2.326.797	2.012.704	(1.799.189)	2.540.312
1.171.847	14.789	(190.794)	995.852
3.498.644	2.027.493	(1.989.973)	3.536.164
(85.620)	(477.295)	452.425	(110.490)
3.413.024	1.550.198	(1.537.548)	3.425.674

PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ Nº 02.682.287/0001-02 Avenida Paulista, 1374 - 16º andar - São Paulo/SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Pan Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelas Leis 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Pan Arrendamento Mercantil S.A. é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100% de seu capital total.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
(Em milhares de reais - R\$)			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		4	4
Instrumentos financeiros		230.170	263.400
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	230.170	263.400
Ativos fiscais		29.563	64.148
Correntes		526	393
Diferidas	20.b	29.037	63.755
Outros ativos	7	12.703	13.061
Outros valores e bens		1.300	1.971
Outros valores e bens	8.a	266	441
(Provisão para perdas)	8.a	(266)	(424)
Despesas antecipadas	8.b	1.300	1.954
TOTAL DO ATIVO		273.740	342.584

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO			
Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	
Provisões	9	45.880	63.809
Obrigações fiscais		949	78.524
Correntes	10	83	322
Diferidas	20.b	866	78.202
Outros passivos		325	269
Diversos	11	325	269
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		226.586	199.982
Capital social:	12.a	356.735	356.735
De domiciliados no País		356.735	356.735
Prejuízos acumulados	(130.149)	(156.753)	(156.753)
TOTAL DO PASSIVO		273.740	342.584

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Pan Arrendamento Mercantil S.A. (Companhia) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, de veículos e outros bens. É uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/02/2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação:
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Apreciação do resultado:
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros:
Instrumentos financeiros são representados por qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra. Os instrumentos financeiros ativos são:

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez:
As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

II. Operações de arrendamento mercantil:
A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito abaixo:

• Arrendamento:
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

• Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)
Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Créditos por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

• Imobilizado de arrendamento:
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda. A principal taxa anual de depreciação utilizada, base para esta redução, é a seguinte: veículos e afins, 20%.

• Superveniência/insuficiência de depreciação
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "III" e "IV" citados anteriormente são aplicáveis às operações de arrendamento mercantil e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas
São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretenção enquadramento na categoria dos bancários, especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Processos cíveis
São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas
Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas
A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

Processos tributários
Trata-se de ações passivas de cunho administrativo e judicial distribuídas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em face da Pan Arrendamento Mercantil S.A., objetivando a exigência de tributos de suas respectivas competências já constituídos, inscritos ou não em dívida ativa. Todas as discussões tributárias são conduzidas por escritórios especializados.

Os valores constituídos como provisão são decorrentes de tributos cuja matéria é amplamente estudada entre Administração e seus assessores legais, levando em consideração aspectos processuais, jurisprudenciais, doutrinários e que sejam, de acordo com opinião legal, classificados como perda provável.

I. Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2021	31/12/2020
Processos tributários	43.394	58.399
Processos cíveis	1.914	4.221
Processos trabalhistas	572	1.189
Total	45.880	63.809

II. Movimentação das provisões:

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2020	58.399	4.221	1.189	63.809
Constituição líquida de reversão	2.785	(654)	(617)	1.514
Atualização monetária	1.908	-	-	1.908
Baixas por pagamento	(19.698)	(1.653)	-	(21.351)
Saldo em 31/12/2021	43.394	1.914	572	45.880

III. Passivos contingentes classificados como perda possível:
As principais discussões relativas a ações fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir:

ISSQN sobre o VRG – A Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir o pagamento de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2017 cujo montante atualizado até o resultado de 2021 era de R\$ 160.516. Em novembro de 2021 a Pan Arrendamento incluiu os respectivos débitos no Programa de Parcelamento Incentivado previsto pela Lei Estadual nº 17.557/2021 e encerrou as discussões administrativas e judiciais com o pagamento no valor de R\$ 40.778.

10) OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTE

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	297
COFINS a recolher	70	17
PIS a recolher	11	3
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	2	5
Total	83	322
Circulante	83	322

11) OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020
Arrecadação de cobrança	241	241
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	11
Levantações depósitos judiciais a processar	10	-
Provisões Publicação	52	-
Outros	22	17
Total	325	269
Circulante	325	269

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:
O capital social é de R\$ 356.735, representado por 11.000 ações ordinárias e nominativas, no valor unitário de R\$ 32.430,50, em 31/12/2021 e em 31/12/2020.

b) Exercício de lucros:
Reserva legal – Nos termos do estatuto social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Ademais, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos:
Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis da Pan Arrendamento Mercantil S.A. passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. não contratou e nem teve serviços prestados pela PwC não relacionados a auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.697	11.069	7.242
Resultado de operações de arrendamento mercantil	6	28	65	55
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	5.b	7.669	11.004	7.187
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		7.697	11.069	7.242
OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS		(24.026)	(27.130)	(13.923)
Receitas de prestação de serviços	-	-	-	12
Outras despesas administrativas	13	(19.958)	(21.371)	(3.824)
Despesas tributárias	14	(360)	(516)	(467)
Despesas de provisões	15	(221)	(1.514)	(6.175)
Outras receitas/(despesas) operacionais	16	(3.486)	(3.729)	(3.469)
RESULTADO OPERACIONAL		(16.329)	(16.061)	(6.881)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(7)	48	25
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(16.335)	(16.012)	(6.856)
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		42.263	42.616	1.107
Provisão para imposto de renda	20.a	77.482	77.336	(176)
Provisão para contribuição social		95	-	(121)
Ativo fiscal diferido		(34.953)	(34.720)	1.404
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO		26.288	26.604	(5.549)
LUCRO/PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES		2.389,82	2.418,50	(504,44)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
Lucro/Prejuízo líquido	26.288	26.604	(5.549)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	26.288	26.604	(5.549)

Atribuível a:
Acionistas controladores 26.288 26.604 (5.549)
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Lucros/ Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	356.735	(151.204)	205.531
Prejuízo	-	(5.549)	(5.549)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	356.735	(156.753)	199.982
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	356.735	(156.753)	199.982
Lucro líquido	-	26.604	26.604
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	356.735	(130.149)	226.586
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	356.735	(156.438)	200.297
Lucro líquido	-	26.288	26.288
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	356.735	(130.149)	226.586

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS		3.983	5.874	(2.366)
Intermediação financeira		7.697	11.069	7.242
Prestação de serviços		-	-	12
Outras receitas/(despesas)		(3.714)	(5.195)	(9.620)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(19.957)	(21.371)	(3.824)
Salários de terceiros	13	(14.190)	(15.015)	(2.851)
Outras		(5.767)	(6.356)	(973)
Seguro fiança		(5.624)	(6.072)	(814)
Serviços do sistema financeiro		(59)	(116)	(97)
Propaganda, promoções e publicidade		(66)	(112)	(15)
Taxas e emolumentos		(19)	(43)	(36)
Despesas com busca e apreensão de bens		1	(13)	(11)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(15.975)	(15.497)	(6.189)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		(15.975)	(15.497)	(6.189)
PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(15.975)	(15.497)	(6.189)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(15.975)	(15.497)	(6.189)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(42.263)	(42.101)	(6.640)
Impostos, taxas e contribuições		(42.263)	(42.101)	(511)
Federal		-	-	(126)
Estadual		-	-	(3)
Municipal		-	-	(3)
Remuneração de capitais próprios		26.288	26.604	(5.549)
Lucros/prejuízos retidos		26.288	26.604	(5.549)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O 2º SEMESTRE DE 2021 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2º Semestre 2021	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO		26.288	26.604	(5.549)

Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias 9 221 1.514 6.175
Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e tributárias 9 1.405 1.908 4.433
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens 17 (11) (156) (171)
Resultado na alienação de

PAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ Nº 02.682.287/0001-02 Avenida Paulista, 1374 - 16º andar - São Paulo/SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando informado)

19) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de Riscos
O PAN é uma subsidiária integral do Grupo BTG Pactual e possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.
A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.
Gestão do Capital
O PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Companhia e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo Órgão regulador.
A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos.

Limite Operacional - Acordo da Baseleia
Conforme informado na Nota Explicativa 1, seção de Eventos Societários, da Demonstração Contábil Intermediária do Banco PAN S.A. para a data base de 31/12/2021, o Banco BTG Pactual passou a exercer de forma individual o controle do Banco PAN, conseqüentemente passou a fazer parte do grupo de empresas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro do BTG Pactual, o qual reporta de maneira oficial os indicadores de Capital ao Banco Central do Brasil. A partir de então, o PAN optou por realizar e informar os cálculos dos Limites Operacionais de forma "gerencial" (Pró Forma) a partir da data base de 30/06/2021, atendendo aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.
Em 31/12/2021, o índice de Baseleia pró-forma do Banco PAN é de 15,42%. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos e de capital podem ser consultados no site www.btgpactual.com.br/ri na seção Governança Corporativa/Gerenciamento de Risco.

Risco de Crédito
Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Companhia.

Risco de Mercado
Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.
As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo spot, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGP/M), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.
Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:
Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Risco de Liquidez
O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade da Companhia não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.
São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.
Risco Operacional
Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.
De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o PAN possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(16.012)	(6.656)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes ⁽¹⁾	7.206	2.662
Efeito no cálculo dos tributos:		
Outros valores ⁽²⁾	35.410	(1.555)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	42.616	1.107

⁽¹⁾ A alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para Companhia à alíquota de 15% (20% de 07/2021 até 12/2021); e

⁽²⁾ Inclui, (i) ativação de prejuízo fiscal e base negativa de períodos anteriores, (ii) parcela isenta de tributo adicional sobre imposto de renda e (iii) baixa de créditos tributários e passivo fiscal diferido decorrentes de mudança de entendimento acerca do tratamento dispensado aos efeitos de superveniência/insuficiência de depreciação.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2020	Consti-tuição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2021
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	940	-	(940)	-
Provisão para contingências cíveis	1.581	258	(1.180)	659
Provisão para contingências trabalhistas	472	106	(353)	225
Provisão para contingências tributárias	21.643	3.633	(9.635)	15.641
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	169	175	(238)	106
Outras provisões	-	36	(15)	21
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	24.805	4.208	(12.361)	16.652
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	13.723	(1.338)	12.385
Prejuízo fiscal sobre receitas de superveniência	38.950	-	(38.950)	-
Total dos créditos tributários	63.755	17.931	(52.649)	29.037
Obrigações fiscais diferidas	(78.202)	-	77.336	(866)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(14.447)	17.931	24.687	28.171

21) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

24) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

25) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

28) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

29) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

30) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

31) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

32) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

33) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

34) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

35) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

36) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

37) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

38) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

39) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

40) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

41) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

42) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

43) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

44) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

45) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

46) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

47) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) No exercício findo em 31/12/2021, a Companhia não apresentava posições ativas ou passivas relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos; e
b) O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 em 31/12/2020, não estavam sujeitos à geração de lucros projetada em estudo técnico.

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ Nº 02.682.287/0001-02 Avenida Paulista, 1374 - 17º andar - São Paulo/SP

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS		15.301	11.727
Resultado com juros e similares	15	7.609	5.530
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		(49)	(181)
Benefício residual em operações securitizadas	16	5.343	4.532
Prestação de serviços	17	231	278
Outras receitas/despesas		2.167	1.568
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	19	(6.792)	(7.392)
Serviços de terceiros		(3.870)	(4.220)
Outras	(2.922)	(3.172)	(3.172)
Imóveis Retomados		(1.358)	(1.681)
Taxas e emolumentos		(676)	(410)
Serviços do sistema financeiro		(546)	(638)
Processamentos de dados		(169)	(186)
Propaganda, promoções e publicidade		(144)	(43)
Aluguéis		-	(84)
Outras		(29)	(130)
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.509	4.335	8.509
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	8.509	4.335	8.509
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	8.509	4.335	8.509
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.510	4.335	8.510
Pessoal	1.171	829	1.171
Remuneração direta		849	675
Benefícios		89	108
FGTS		232	45
Impostos, taxas e contribuições	3.461	2.096	3.461
Federal		2.698	1.527
Municipal		763	569
Remuneração de capitais próprios	3.877	1.411	3.877
Lucros retidos		3.877	1.411

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN) tem como objeto social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e de agronegócio, e, securitização por meio da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e os CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e os recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e CRAs.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que correspondem aos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/02/2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas normas internacionais aprovadas pela CVM e vigentes até 31/12/2021.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional da Companhia.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:

• Definições e reconhecimento

i. Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

ii. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

iii. Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros, para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

iv. Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos da transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

v. Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultam da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

vi. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal e receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

vii. Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

viii. Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

• Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

• Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação

i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de depósitos à vista;

ii. Instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;

iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e

iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

• Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo.

ii. Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.

iii. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com os princípios do CPC 47.

iv. Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros:

• Mensuração dos ativos financeiros

i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: são mensurados ao valor justo, as receitas de juros são calculadas pelo método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do período.

• Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

• Técnicas de avaliação

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:

• Ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte

dele; ou

A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

• Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for refinada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Redução ao valor recuperável:

A provisão para redução ao valor recuperável é a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

Os fluxos de caixa estimados, levam em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro (pagamentos antecipados, extensão, opção de compra e similares) ao longo da vida esperada desse instrumento. Também são incluídos ao fluxo de caixa venda de garantia detida e outras melhorias de crédito que forem parte integrante dos termos contratuais. Nos casos que não forem possíveis estimar, de forma confiável, a vida esperada do instrumento, a entidade utiliza o termo contratual remanescente do instrumento financeiro.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, recebíveis de arrendamento, ativos contratuais no escopo do CPC 47, compromisso de empréstimos e contratos de garantia financeira.

As provisões para perda de crédito esperada são mensuradas como:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses – corresponde a parte das perdas de crédito esperadas para a vida inteira que resultarão de eventos de inadimplência no instrumento financeiro possíveis em doze meses após a data do exercício.
- Perdas de crédito esperadas para a vida útil – são as perdas de crédito esperadas que resultam em todos os eventos possíveis de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

f) Reconhecimento de receitas e despesas:

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo regime contábil de competência.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas somente quando as obrigações de desempenhos (serviços) foram cumpridas.

Receitas e despesas de juros para todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de juros e similares" e "despesas de juros e similares" na demonstração do resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, a Companhia estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras.

g) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

h) Demonstração dos fluxos de caixa:

Os termos a seguir são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

• Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor;

• Atividades operacionais: principais atividades geradoras de receita da Companhia e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento;

• Atividades de investimento: aquisição e venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa; e

• Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais ou de investimento.

Ao preparar a demonstração dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças nos valores e com vencimento original inferiores a noventa dias foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa".

i) Lucro básico e diluído por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo da Companhia pela quantidade média das ações ordinárias existentes ao longo do exercício. A diferença apresentada entre o lucro básico e o diluído refere-se à contemplação de ações potenciais com efeito de diluição. As informações sobre essas potenciais ações estão sendo divulgadas na nota 14.d.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

• Valor justo dos instrumentos financeiros: O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado, por exemplo, por Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações contábeis. As políticas contábeis descritas nas notas 3.b e 3.c apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre "definições e classificação dos instrumentos financeiros" e "mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo";

• Constituição de créditos tributários: De acordo com as informações divulgadas na nota 3.g, a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 10 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações; e

• Baixa de ativos financeiros: de acordo com a informação divulgada na nota 6.a, os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de cobrificação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o exercício de competência.

k) Eventos Subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos Órgãos da administração. São divididos em:

- eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos bancários	1.638	1.950
Total	1.638	1.950

5) INSTRUMENTOS DE DÍVIDA:

a) Composição e prazos:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	183.567	153.432
Certificado de Depósito Bancário – CDB (1)	1.093	685
Total	184.660	154.117

(1) Inclui, (i) em 31/12/2021, R\$ 39 (31/12/2020 - R\$ 76) vinculados ao pagamento de carteiras de recebíveis adquiridas a cobertura de inadimplências, (ii) R\$ 1.054 (31/12/2020 - R\$ 809) refere-se ao repasse à proprietários de terrenos vinculados aos créditos registrados nos patrimônios separados.

b) Prazo de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 360 dias	11.237	42.043
Acima de 360 dias	173.423	112.074
Total	184.660	154.117

c) Variações:

"Instrumentos de dívida – Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado":

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do início do exercício	154.117	155.556
Adições (alienações) líquidas	23.352	(5.730)
Juros	7.191	4.291
Saldo do final do exercício	184.660	154.117

6) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

a) Composição:

Compreendem carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela BS, não utilizados como lastro para emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

	Vencimento final	Indexadores	Juros % ao ano	31/12/2021	31/12/2020
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI - BS (1)	15/11/2034	INCC/IGPM/Poupança/CDI e sem Correção Monetária	até 14,24%	18.375	20.263
Total				18.375	20.263

(1) Em 31/12/2021, possui saldo de provisão para perdas no montante de R\$ 19.037 (R\$ 19.202 - 31/12/2020).

DEMUNSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		3.877	1.411
LUCRO LÍQUIDO			
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda		378	(21)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(63)	110
Perda no valor recuperável de ativos financeiros		49	181
Constituição de provisões e passivos contingentes	21	442	684
Atualizações monetárias das provisões cíveis		-	19
Imposto de renda e contribuição social - diferido		343	164
Resultado líquido ajustado		5.026	2.548
Variação de Ativos e Passivos:			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

16) BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

Inclui resultados gerados pela variação dos saldos dos patrimônios separados, líquidos de eventuais garantias prestadas, das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento de extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio. Em 31/12/2021 o total de receita reconhecido foi de R\$ 5.343 (31/12/2020 - R\$ 4.532).

17) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se a receitas geradas pela prestação de serviços de Assessoria Técnica. No exercício findo em 31/12/2021 o total de receita reconhecido foi de R\$ 231 (31/12/2020 - R\$ 278).

18) DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2021	31/12/2020
Proventos	(850)	(674)
Encargos Sociais	(313)	(203)
Benefícios	(90)	(108)
Total	(1.253)	(985)

19) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros	(3.870)	(4.220)
Imóveis Retornados	(1.358)	(1.681)
Taxas e emolumentos	(676)	(410)
Serviços do sistema financeiro	(546)	(638)
Processamentos de dados	(169)	(186)
Propaganda, promoções e publicidade	(144)	(43)
Aluguéis	-	(84)
Outras	(27)	(130)
Total	(6.790)	(7.392)

20) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
IPTU/ ITBI	(751)	(555)
Contribuição à COFINS	(632)	(521)
Contribuição ao PIS	(103)	(85)
ICF	(65)	(65)
Imposto sobre serviços	(11)	(14)
Total	(1.562)	(1.263)

21) PROVISÕES LÍQUIDAS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de processos civis	(442)	(684)
Total	(442)	(684)

22) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Variação monetária	902	855
Recuperação de encargos e despesas	412	321
Outras	1.557	1.165
Total	2.871	2.341

23) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	Prazo Máximo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades		7	607	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	7	10	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	-	597	-
Certificados de depósito		183.567	153.432	7.145
Banco PAN S.A.	16/12/2024	183.567	153.432	7.145
Valores a receber		54	55	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	54	55	-
Dividendos a pagar		(921)	(335)	-
Banco PAN S.A.	31/12/2022	(921)	(335)	-
Outras obrigações		(1.067)	(701)	-
Banco PAN S.A.	Sem prazo	(1.067)	(701)	-

24) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

A Brazilian Securities possui exposição em ativos e passivos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A Administração é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração, é da Diretoria de Controladoria e Compliance, que mantém relatório de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diogo Cluffo da Silva	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Dermeval Bicalho Carvalho	Gregório Moreira Franco	- CRC 1SP219426/O-2
Alex Sander Moreira Gonçalves		Mauro Dutra Mediano Dias			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas Brazilian Securities Companhia de Securitização

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brazilian Securities Companhia de Securitização em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Instrumentos de dívida (Notas explicativas 3b e 5(a))
A Companhia possui certificados de depósitos bancários (CDB) mensurados ao custo amortizado. A apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários considera as taxas de remuneração estabelecidas nas datas da contratação. Esses instrumentos de dívida estão custodiados na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados (CETIP). Considerando a relevância dessas operações no contexto da Companhia, a apropriada valorização e existência dessas operações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: Em base amostral, realizamos o recálculo da apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários com base nas taxas de remuneração estabelecidas nas datas de contratação. Realizamos o teste sobre a existência desses certificados de depósitos bancários com as informações do órgão custodiante e consistimos os dados divulgados nas demonstrações contábeis com as informações obtidas durante o processo de auditoria. Consideramos que as evidências de auditoria são apropriadas e suficientes em relação a mensuração e existência dessas operações.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

É importante ressaltar que o intervalo de liquidez apresentado, em atendimento ao referido CPC, inclui somente os saldos dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) e caixa e equivalentes de caixa. Portanto, não estão apresentados no quadro anterior os saldos de demais componentes do ativo e passivo, como por exemplo, outros ativos e outras obrigações - diversos, créditos tributários e passivos financeiros, e, também, outros ativos não circulantes (investimentos em companhias e fundos controlados e imobilizado). Adicionalmente, também é de fundamental relevância destacar que a posição de liquidez apresentada trata-se de uma posição estática em 31/12/2021, a partir dos fluxos de vencimentos originais de cada operação. Enfim, não reflete mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado e, também, pelas operações e estratégias que foram ou possam vir a ser realizadas pela Companhia.

• Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.930/19, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/rj Relatório de Gerenciamento de Riscos.

25) EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

O Grupo PAN, desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), adotou medidas para minimizar seus impactos, considerando a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes. O bem-estar dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e fornecedores é prioridade e a Administração segue atenta a eventuais novos desdobramentos da pandemia, atuando de forma tempestiva em conjunto com a sociedade para mitigar os seus efeitos.

27) INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	2.128	2.909
Aplicações financeiras	20.295	20.323
Recebíveis imobiliários	2.644.663	2.835.271
Outros ativos	39.773	48.682
Total do Ativo	2.706.859	2.907.185
Certificados de recebíveis imobiliários (1)	2.695.028	2.894.203
Outros passivos	7.338	9.095
Total do Passivo	2.702.366	2.903.298
Total do Benefício Residual em Operações Securitizadas (2)	4.493	3.887

(1) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGP/M, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,01% ao ano a 77,50% ao ano (31/12/2020 0,01% ao ano a 77,50% ao ano) e também são atualizados por 100% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 1,70% ao ano a 2,80% ao ano, e com vencimento até 01/07/2043; e

(2) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	69	89
Aplicações financeiras	-	20
Recebíveis do agronegócio	389.809	819.238
Total do Ativo	389.878	819.347
Certificados de recebíveis do agronegócio (1)	389.873	819.342
Valores a pagar cedente/emissora	5	5
Total do Passivo	389.878	819.347

(1) Os certificados de recebíveis do agronegócio são atualizados a 100% do CDI, com vencimento até 14/07/2023.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A Administração da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("BFRE" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. As informações apresentadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pela Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pela Comissão de Valores Mobiliários e demais normas estatutárias.

CENÁRIO ATUAL

A Brazilian Finance & Real Estate S.A. é uma empresa controlada pelo Banco PAN S.A. ("Banco"), que detém 100% de seu capital total. Em dezembro de 2021 a BFRE adquiriu 80% das quotas do Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda., a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil.

RESULTADOS

Instrumentos de Dívida

No exercício de 2021, o resultado com instrumentos de dívida foi de R\$ 9,9 milhões, frente a R\$ 8,3 milhões no exercício de 2020.

Resultado Líquido

No exercício de 2021, o lucro líquido foi de R\$ 12,3 milhões, frente ao lucro de R\$ 8,5 milhões do exercício de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Brazilian Finance & Real Estate totalizou R\$ 193,3 milhões em dezembro de 2021, frente aos R\$ 183,9 milhões em dezembro de 2020.

AUDITORES INDEPENDENTES

As Demonstrações Contábeis da Brazilian Finance & Real Estate passaram a ser auditadas, a partir do 1º trimestre de 2020, pela BDO RCS Auditores Independentes ("BDO"). De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, a Brazilian Finance & Real Estate não contratou e nem teve serviços prestados pela BDO não relacionados à auditoria externa neste período. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	13	7	13	13
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6.a	66.289	63.846	66.289	66.289
Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado		115.907	102.642	118.340	118.340
Outros ativos	7	115.907	102.642	3.000	3.000
Outros passivos	8.a	20.502	24.278	20.536	20.536
Investimentos	9	40.000	-	-	-
Imobilizado	10	-	-	828	828
Total do Ativo		244.034	192.154	248.131	248.131

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020
RESULTADO COM JUROS E SIMILARES	16	9.894	8.308
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS APÓS GANHOS NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		9.952	8.977
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9.e	(6.296)	(4.322)
LUCRO LÍQUIDO		12.287	8.461
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO ponderado de ações atribuído aos acionistas - R\$		51.408,18	35.400,06

BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.

CNRJ Nº 02.762.113/0001-50 Avenida Paulista, 1374 - 17º andar - São Paulo/SP



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020							
(Em milhares de reais - R\$)							
	Reservas de Lucros		Reserva para integridade do patrimônio líquido	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Participação do acionista controlador	Participação dos acionistas não controladores
	Capital social	Reservas de capital					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	107.662	95	21.312	49.012	912	178.993	178.993
Lucro líquido	-	-	-	-	8.461	8.461	8.461
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(1.451)	(1.451)	(1.451)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	8.461	7.010	7.010
Dividendos	-	-	-	-	(2.060)	(2.060)	(2.060)
Reserva de Lucros (Nota 13)	-	-	220	6.181	(6.401)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	107.662	95	21.532	55.193	(539)	183.943	183.943
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	107.662	95	21.532	55.193	(539)	183.943	183.943
Lucro líquido	-	-	-	-	12.287	12.287	12.287
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	144	144	144
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	144	12.287	12.431
Dividendos	-	-	-	-	(3.072)	(3.072)	(3.072)
Reserva de Lucros (Nota 13)	-	-	-	9.215	-	-	-
Aquisição de investimento com participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	219
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	107.662	95	21.532	64.408	(395)	193.302	219

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN), tem como objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como cotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em dezembro de 2021 a BFRE adquiriu 80% das quotas da Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda. (Mobiauto), a maior plataforma digital independente para comercialização de veículos do Brasil. O fechamento da operação foi submetido às aprovações regulatórias necessárias.

2) BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
As Demonstrações Contábeis da Brazilian Finance & Real Estate S.A. estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações da sua empresa controlada (Consolidado), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que correspondem aos CPCs emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Essas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/02/2022.

A sociedade controlada incluída na consolidação e o percentual de participação do controlador é o seguinte:

Mobiauto Edição de Anúncios Online Ltda	Participação total %	
	31/12/2021	31/12/2020
	80,00	-

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31/12/2021.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações contábeis foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação:
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional da BFRE.

b) Definições, reconhecimento e classificação dos instrumentos financeiros:
i. Definições e reconhecimento
Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra entidade.

Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Valor justo: valor pelo qual o instrumento financeiro poderia ser adquirido ou vendido por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negociação, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

iii. Taxa efetiva: é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

iv. Modelo de negócio: documento que demonstra como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir os objetivos da entidade. O modelo de negócio determina se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados, venda do ativo financeiro ou ambos.

v. Fluxos de caixa contratuais que atendem o critério de principal e juros: são ativos financeiros compostos somente por principal e juros, onde o principal é o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, podendo mudar ao longo do tempo em função dos pagamentos, e o juros correspondem: valor do dinheiro no tempo (somente a compensação da passagem do tempo), risco do crédito associado ao valor do principal a receber, risco de liquidez, compensação custos administrativos e operacionais e margem de lucro.

vi. Perda de crédito esperada: é a estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito, ou seja, o valor presente de todos os déficits de caixa, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

vii. Reconhecimento: os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento e mensurados, inicialmente, ao valor justo, acrescido, no caso de item não mensurado ao valor justo, dos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração
Os ativos financeiros são classificados por três categorias:

i. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: correspondem aos ativos que atendem ambas as seguintes condições:

- mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo financeiro com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: correspondem dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

• os termos contratuais do ativo financeiro correspondem, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado: correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- ativos financeiros que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

No reconhecimento inicial de um instrumento de capital não mantido para negociação, a instituição pode optar de maneira irrevogável por apresentar alterações subsequentes do valor justo por meio de "Outros resultados abrangentes". Esta opção é feita considerando cada investimento individualmente e não foi utilizada.

Desdobramento dos ativos financeiros para fins de apresentação
i. Caixa e equivalentes de caixa: saldos de caixa e de títulos de valores mobiliários com curto prazo; instrumentos de dívida: títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural;

iii. Instrumentos de patrimônio: instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações e quotas de fundos de investimento imobiliário, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades ou fundos controlados ou coligados; e

iv. Outros empréstimos e recebíveis: referem-se basicamente a saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Financiamentos".

Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração
Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- i. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- ii. Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do método de juros efetivos e reconhecidas no resultado. Os resultados decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados em outros resultados abrangentes, e acumulados na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação, reduzidos pelas amortizações e provisões para perdas esperadas, sendo as receitas de juros calculadas pelo método de juros efetivo e reconhecidas no resultado do exercício.

Mensuração dos passivos financeiros
Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", "Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Técnicas de avaliação
Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros:
Ativos financeiros
Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando:

- A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele; ou
- A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) a instituição transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.

Passivos financeiros
Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retratada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Investimentos:
As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

f) Imobilizado:
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Individual e Consolidado	Individual	Individual
LUCRO LÍQUIDO	12.287	8.461	8.461
Itens que serão subsequentemente lançados ao resultado	144	(1.451)	-
Ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	248	(1.855)	404
Eleito tributário	(104)	(404)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	12.431	7.010	7.010
Atribuível a:			
Acionistas controladores	12.431	7.010	-
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Individual e Consolidado	Individual	Individual
RECEITAS		20.385	13.972	13.972
Resultado com juros e similares	13	9.894	8.308	8.308
Ganho no valor recuperável de ativos financeiros		58	669	669
Outras receitas/(despesas)		10.433	4.995	4.995
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	14	(378)	(319)	(319)
Serviços do sistema financeiro		(118)	(110)	(110)
Propaganda, promoções e publicidade		(110)	(15)	(15)
Comunicações		(49)	(52)	(52)
Taxas e emolumentos		(54)	(59)	(59)
Serviços de terceiros		(45)	(66)	(66)
Outras		(2)	(17)	(17)
VALOR ADICIONADO BRUTO		20.007	13.653	13.653
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		20.007	13.653	13.653
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		20.007	13.653	13.653
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		20.007	13.653	13.653
Impostos, taxas e contribuições		7.720	5.192	5.192
Federal		7.720	5.192	5.192
Remuneração de capitais próprios		12.287	8.461	8.461
Lucros retidos		12.287	8.461	8.461
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Individual	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		12.287	8.461
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa: (Reversão)/Constituição de provisões civis e trabalhistas	19	(121)	2
Ganho no valor recuperável de ativos financeiros		(58)	(669)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		1.915	1.476
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO		14.023	9.270
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS:			
(Aumento) em instrumentos de dívida		(13.730)	(7.390)
Redução (Aumento) em outros ativos		55	(29)
Redução em ativos fiscais		1.757	1.700
Aumento em outros passivos financeiros		-	194
Aumento em passivos fiscais		4.774	586
Aumento/(Redução) em outros passivos		95	(1.515)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(3.239)	(2.143)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		3.738	479
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
(Aquisição) de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(1.672)	2.865
(Aquisição) de imobilizado		-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(1.672)	2.865
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Dividendos pagos		(2.060)	(3.347)
Participação de acionistas não controladores		-	-
CAIXA LÍQUIDO USADO/PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(2.060)	(3.347)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		6	(3)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		13	7
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros recebidos		8.141	7.919
Ganhos/Perdas não realizados em outros resultados abrangentes		248	1.855
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individual	e Consolidado
Ajuste de marcação a mercado	2.472	136
Provisão para contingências trabalhistas	41	1
Outras provisões	-	39
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.513	176
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	6.108	-
Total dos créditos tributários	8.621	176
Obrigações fiscais diferidas	(1.740)	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	6.881	176

Passivo diferido:

	Individual	e Consolidado
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(1.740)	-
Total	(1.740)	-

Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2021, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foi aprovada pelo Conselho de Administração do Banco Pan S.A., em 01/02/2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias forem revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Banco	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Individual e Consolidado Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	33	41	2.155	1.121	2.188	1.162
2022	-	-	2.066	1.412	2.066	1.412
2024	2.348	-	-	1.537	2.348	1.537
De 2025 a 2026	-	2.472	-	1.206	-	3.678
Total	2.381	2.513	4.221	6.108	6.602	8.621

Em 31/12/2021, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco Pan S.A., totalizava R\$ 5.161 (R\$ 6.629 em 31/12/2020).

Encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Individual e Consolidado	Individual
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.583	<

...continuação

BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.

CNPJ Nº 02.762.113/0001-50 Avenida Paulista, 1374 - 17º andar - São Paulo/SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (Em milhares de reais, exceto quando informado)					
13) PASSIVOS FISCAIS			18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
	Individual	Consolidado		Individual	Individual
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.379	2.846	Contribuição à COFINS	(1.188)	(731)
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 8.b)	1.740	1.740	Contribuição ao PIS	(236)	(139)
COFINS a recolher	84	81	Total	(1.424)	(870)
Impostos e contribuições sobre salários	-	-	19) (PROVISÕES)/REVERSÕES LÍQUIDAS		
Imposto sobre serviços - ISS	-	-	(Provisão)/reversão de processos cíveis	-	3
PIS a recolher	15	16	Reversão/(provisão) de processos trabalhistas	121	(5)
Total	6.218	4.683	Total	121	(2)
14) OUTROS PASSIVOS			20) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		
	Individual	Consolidado		Individual	Individual
	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Valores a pagar referente aquisição de investimento (a)	36.000	-	Lucro de créditos adquiridos (a)	113	155
Valores a pagar a sociedades ligadas	5.343	1.343	Varição monetária	10.199	4.828
Dividendos a pagar	3.072	2.060	Outras	-	14
Fornecedores	-	-	Total	10.312	4.997
Outros	99	4	21) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
Total	44.514	3.407	As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.		
(a) Refere-se ao pagamento para cotista referente ao investimento na Mobiauto.					
15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
a) Composição do capital social em quantidade de ações:					
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 107.662 em 31/12/2021 e 31/12/2020, e encontra-se dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal, conforme descrito no quadro a seguir:					
	31/12/2021	31/12/2020			
Ordinárias	239	239			
Preferenciais	478	478			
Total	717	717			
b) Reservas de lucros:					
Reserva legal - Nos termos do estatuto social da BFRF, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a BFRF poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.					
Reserva para integridade do patrimônio líquido - Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.					
c) Dividendos:					
Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.					
d) Outros resultados abrangentes:					
Os saldos da rubrica "Outros resultados abrangentes" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentados na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado.					
e) Lucro básico e diluído por ação:					
O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação e está demonstrado a seguir:					
	Individual	Consolidado	Individual	Individual	Individual
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	12.287	8.461	Quantidade ponderada de ações ordinárias em circulação	239	239
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia - em R\$	51.408,18	35.400,06			
16) RESULTADO COM JUROS E SIMILARES					
	Individual	Individual	Individual	Individual	Individual
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Juros CRI	5.481	6.133	Juros CRI	5.481	6.133
Rendas com instrumentos de dívida	4.749	2.795	Rendas com instrumentos de dívida	4.749	2.795
Ágio/(deságio) sobre aquisição de CRI	(336)	(620)	Ágio/(deságio) sobre aquisição de CRI	(336)	(620)
Total	9.894	8.308	Total	9.894	8.308
17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS					
	Individual	Individual	Individual	Individual	Individual
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Serviços do sistema financeiro	(118)	(110)	Serviços do sistema financeiro	(118)	(110)
Propaganda, promoções e publicidade	(110)	(15)	Propaganda, promoções e publicidade	(110)	(15)
Taxas e emolumentos	(54)	(59)	Taxas e emolumentos	(54)	(59)
Comunicações	(49)	(52)	Comunicações	(49)	(52)
Serviços de terceiros	(45)	(66)	Serviços de terceiros	(45)	(66)
Outras	(2)	(17)	Outras	(2)	(17)
Total	(378)	(319)	Total	(378)	(319)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADOR	
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diogo Ciuffo da Silva	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Dermeval Bicalho Carvalho	Gregório Moreira Franco	CRC 1SP219426/O-2
Alex Sander Moreira Gonçalves		Mauro Dutra Mediano Dias			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Brazilian Finance & Real Estate S.A.**, São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Brazilian Finance & Real Estate S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros

Conforme mencionado nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas das nºs 3b e 6a, a Companhia possui certificados de recebíveis imobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A mensuração do valor justo desse instrumento financeiro é uma área que envolve subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação que utilizam premissas de mercado e internas em seu processo de mensuração. Os certificados de recebíveis imobiliários são atrelados a créditos com garantias imobiliárias, além de considerar o risco de crédito da contraparte que se trata de uma empresa do mesmo grupo econômico. Esses riscos possuem em sua mensuração o risco de crédito, o que torna o gerenciamento de risco complexo, especialmente em momentos de alta volatilidade. Com base no exposto acima, continuamos considerando essa uma área de foco em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Analisamos a metodologia de valorização dos certificados de recebíveis imobiliários, bem como as premissas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo. Performamos através de uma base amostral, a valorização dos certificados, comparando as premissas e metodologias utilizadas pela Administração e analisamos a consistência dessas metodologias.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia a continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e não ser que a Administradora pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Companhia;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2022.



BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Ismael Nicomedio dos Santos
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

O cartão turbinado com até 2% de cashback

+ Sem anuidade e limite top
+ Pagamento por aproximação
+ Garantia Estendida e Proteção de Preço



Peça já o seu cartão.
*Sujeito a análise. Consulte regulamento.

